



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIA FERNANDA BLECK PEREIRA VIEIRA

**IDENTIDADE, ESPACIALIDADE E POPULAÇÃO SURDA:
UM ESTUDO DE CASO EM LONDRINA/PR**

Londrina
2020

MARIA FERNANDA BLECK PEREIRA VIEIRA

**IDENTIDADE, ESPACIALIDADE E POPULAÇÃO SURDA:
UM ESTUDO DE CASO EM LONDRINA/PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Siqueira Baltar

Londrina
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

V658	<p>Vieira, Maria Fernanda Bleck Pereira. Identidade, Espacialidade e População Surda : Um estudo de caso em Londrina/PR / Maria Fernanda Bleck Pereira Vieira. - Londrina, 2020. 87 f. : il.</p> <p>Orientador: Claudia Siqueira Baltar. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2020. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Deficiência e Surdez - Tese. 2. Identidade Surda - Tese. 3. Comunidade Surda - Tese. 4. Migração - Tese. I. Baltar, Claudia Siqueira . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 3</p>
------	--

MARIA FERNANDA BLECK PEREIRA VIEIRA

**IDENTIDADE, ESPACIALIDADE E POPULAÇÃO SURDA:
UM ESTUDO DE CASO EM LONDRINA/PR**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Siqueira Baltar
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Karla Rosário Brumes
Universidade Estadual do Centro Oeste –
Unicentro Irati

Prof. Dr. Ronaldo Baltar
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Daniel Guerrini
Universidade Federal Tecnológica do Paraná –
UTFPR - Londrina

Prof. Dr. Claudinei Carlos Spirandelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 17 de Abril de 2020

*Àquele que é capaz de fazer infinitamente
mais do que tudo o que pedimos ou pensamos, de
acordo com o seu poder que atua em nós,
a Ele seja a glória na igreja e em Cristo Jesus, por
todas as gerações, para todo o sempre! Amém!*

(Efésios 3:20,21)

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar meus agradecimentos por outra pessoa que não Shanna Schwarz Krenning, que me apresentou o universo dos surdos e a possibilidade de conhecer e aprender esta língua linda e tão expressiva que é a Libras. E na sequência estender a gratidão a Talita Catarino Kohata que, instigada pela possibilidade, me levou junto para “provar da pílula” que nos desvendou esta “Matrix” de onde nunca mais quisemos sair.

Aos Professores surdos e ouvintes da Especialização em Libras que deram início à minha paixão pela Cultura Surda, além da Professora Irmã Maria Aparecida que imprimiu em mim meu sinal, aquele que me identifica visualmente para os surdos, e me ensinou demais sinais que me possibilitaram estabelecer diálogos, mesmo que incipientes, com surdos.

Agradeço também a Karina Verlingue, intérprete de Libras que me acompanhou durante as entrevistas e Banca de Defesa, além de me dar diversas sugestões e informações desde o início da pesquisa. Não foi à toa que te convidei para me acompanhar como intérprete. Tenho uma grande admiração por sua dedicação aos surdos, conhecimento de Libras e à garra com que luta pelos seus direitos e os dos surdos!

Meu carinho e gratidão se estendem aos integrantes da Pequena Missão dos Surdos, do ILES e da ASL que tão gentilmente me acolheram e forneceram informações, assim como – e principalmente – aos surdos que participaram da entrevista doando do seu tempo e conhecimentos, além de abrirem detalhes sobre suas vidas em prol da pesquisa.

Às amigas que foram construídas durante as aulas e projetos do Mestrado. É importante salientar que em minha trajetória estudantil, até então nunca havia tido uma turma com a unidade e companheirismo que esta última turma do Mestrado em Ciências Sociais da UEL – turma 2017 – me proporcionou. Gratidão por me permitirem participar um pouco da vida de vocês também. Em especial, Laís Kruczeveski, Aline Gomes, Carol Manhezzo, Agnes Félix e minha xará Fernanda Vallejo, as colegas que mais colaboraram com meu tema e me incentivaram.

E por falar em incentivo, meu coração transborda de gratidão pelas palavras tranquilas da minha amiga Anne Mantovani, a irmã que Londrina me deu e que sempre levanta meu ânimo com palavras encorajadoras, o que não foi diferente

durante as dificuldades que iam surgindo nesta empreitada de estudos.

Meu reconhecimento e agradecimentos àqueles que me forneceram toda a base de conhecimentos: meus pais, que sempre trabalharam e batalharam para que eu e meus irmãos tivéssemos “o essencial”, mas nos possibilitaram ter muito além disso.

Ao meu filho Victor que não teve outra opção senão ter paciência, ser compreensivo e aguentar vários e vários momentos de “não me perturbe agora, estou estudando”. Filho, me perdoe pelo tempo que, embora não estivéssemos longe, não estávamos necessariamente “juntos”.

Também sobre “estar junto”, minha gratidão à fidelidade e companhia constante de Monalisa, que com seu olhar meigo me acompanhou desde as leituras preliminares até as horas da madrugada dos últimos dias em que permaneci acordada estudando.

Gratidão infinita pela minha Orientadora Claudia Siqueira Baltar. Quanta paciência, quanta perseverança e confiança em mim! Minha primeira Professora do Mestrado e que me acompanhou, me incentivou, me apresentou a Demografia e suas diversas possibilidades de estudos. Me oportunizou a participação nos melhores congressos e me ensinou a pesquisar. Não há orientador igual, muito menos melhor que você.

Gratidão ainda maior ao meu esposo, companheiro e incentivador maior, André Saulo, por ter me “metido nessa”, acreditando como sempre em meu potencial, valorizando aptidões minhas que eu mesma muitas vezes não valorizo. Eu não tenho palavras para expressar o quanto suas palavras são importantes para mim e o quanto eu amo você!

E gratidão a Deus, que me deu isso “tudininho” de pessoas boas para me ajudar, me fortalecer e cumprir com esse que espero ser um importante legado de alguma forma. “Faça-se conforme a Sua vontade.”

פְּתַח-פִּיךָ לְאֵלִים אֶל-דֵּיּוֹן כָּל-בְּנֵי תְּלוּנָה:

Hebraico, Texto original

“Abre a boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham desamparados.”

Tradução ARA (Almeida Revista e Atualizada)

"Erga a voz em favor dos que não podem defender-se, seja o defensor de todos os desamparados."

Tradução NVI (Nova Versão Internacional)

Salomão, em Provérbios capítulo 31,
versículo 8, Bíblia Sagrada.

VIEIRA, Maria Fernanda Bleck Pereira. **Identidade, espacialidade e população surda**: um estudo de caso em Londrina. 2020. 85 f. Dissertação (Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa busca conhecer um específico e quantitativamente significativo grupo de cidadãos residentes na cidade de Londrina/PR, a saber, os surdos com suas variadas manifestações coletivas, sejam elas de cunho religioso, de diversão ou de intervenção política. Apresenta-se, como objetivo geral desta dissertação, o verificar se há interação social entre os moradores surdos de Londrina, identificando a existência de eventuais locais de encontros frequentes. Os objetivos específicos para o encaminhamento deste estudo foram: compreender as conceituações elaboradas por pesquisadores surdos sobre Identidade, Comunidade e Cultura Surda; destacar os pontos principais da legislação nacional vigente que trata das pessoas com deficiência; sistematizar a construção do debate sobre os direitos das pessoas com deficiência no contexto internacional e nacional; organizar dados quantitativos presentes em fontes secundárias referentes a 2000 e 2010; estruturar informações primárias que possibilitem compreender a história e dinâmica da população surda residente na cidade de Londrina. A pesquisa partiu da hipótese de que é possível identificar um ou mais padrões de sociabilidade entre os residentes surdos de Londrina, tendo como elemento integrador sua condição enquanto surdos e não regidos pela deficiência. O desenvolvimento da pesquisa considera uma discussão teórica a respeito da identidade e da sociabilidade, apresenta uma abordagem histórica e conceitual sobre deficiência em sua amplitude geral e estreita a discussão sobre direitos e conquistas a partir da realidade específica dos surdos. A identidade surda pôde ser percebida através dos movimentos comunitários em Londrina que oportunizam o contato com o outro que lhe é semelhante, através da Libras como fortalecedor da identidade surda.

Palavras-chave: Deficiência. Surdez. Identidade surda. Comunidade surda. Londrina.

VIEIRA, Maria Fernanda Bleck Pereira. **Identity, spatiality and deaf population: a case study in Londrina.** 2020. 85 p. Dissertacion (Social Sciences) – State University of Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

This research aims at getting to know a specific and quantitatively significant group of citizens that reside in the city of Londrina/PR, namely, the deaf, along with their varied collective manifestations, whether of religious nature, entertainment or political intervention. The overall purpose of the present dissertation is to ascertain whether there is social interaction among the deaf people residing in Londrina, identifying the existence of possible meeting places. The specific goals for the execution of this study were: to understand the concepts developed by deaf researchers about the Deaf Identity, Community and Culture; to highlight the main aspects of the current national legislation for people with disabilities; systematize the construction of the debate of disabled people's rights at both national and international contexts; organize quantitative data present in secondary sources for 2000 and 2010; structuring primary information that makes it possible to understand the history and dynamics of the deaf population living in the city of Londrina. The research started from the hypothesis that it is possible to identify one or more patterns of sociability among local deaf residents, taking as an integrating element their condition as deaf individuals and not being ruled by their disability. The development of the present research takes into consideration a theoretical discussion about identity and sociability presents a historical and conceptual approach on disability in its general scope and narrows the discussion on rights and achievements based on the specific reality of the deaf. The deaf identity could be noticed through community movements in Londrina that provide opportunities of interaction between one and the other who is a similar, doing so through Libras as a strengthener of the deaf identity.

Key Words: Desability. Deafness. Deaf identity. Deaf community. Londrina.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	Vista aérea de Londrina e cidades vizinhas	52
Figura 2	Mapa - Localização de Londrina no Estado do Paraná.....	55
Figura 3	Vista aérea do Jardim Caravelle	57
Figura 4	Fachada da Igreja Nossa Senhora do Silêncio	58
Figura 5	Missa no espaço externo do Oratório Nossa Senhora do Silêncio.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Estrutura etária da população com deficiência.....	45
Gráfico 2	Estrutura etária da população com deficiência auditiva	46
Gráfico 3	Estrutura etária da população com deficiência total e com deficiência auditiva.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População total e população com deficiência	36
Tabela 2	Deficientes declarados e deficientes auditivos nos Censos Demográficos 2000/2010	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Aparato legal voltado às pessoas com deficiência.....	33
Quadro 2	Breve histórico da Pequena Missão para Surdos	54
Quadro 3	População censitária de Londrina segundo tipo de deficiência..	56
Quadro 4	Características gerais dos entrevistados	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASL	Associação de Surdos de Londrina
ASL	American Sign Language
BPC	Benefício de Prestação Continuada
EUA	Estados Unidos da América
FENEIDA	Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILES	Instituto Londrinense de Educação de Surdos
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PR	Paraná
SUS	Sistema Único de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	IDENTIDADE E SOCIABILIDADE DOS SURDOS	22
2	CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE DEFICIÊNCIA E SURDEZ	30
2.1	EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DAS PCD'S	30
2.1.1	Construção do Direito Institucional das PcD's	31
2.1.2	A Deficiência nos Censos Demográficos Brasileiros	34
2.2	SURDEZ – CONQUISTAS HISTÓRICAS E INSTITUCIONAIS	38
2.2.1	Processo de Reconhecimento Histórico da Surdez	39
2.2.2	A Língua de Sinais no Brasil	40
2.2.3	A Surdez nos Censos Demográficos 2000 e 2010	45
3	COMUNIDADE SURDA EM LONDRINA	50
3.1	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	50
3.2	ESPAÇOS IDENTITÁRIOS DOS SURDOS EM LONDRINA	55
3.3	SURDOS EM LONDRINA – ESPAÇOS E PROGRAMAÇÕES	61
3.3.1	ILES (Instituto Londrinense De Educação De Surdos)	64
3.3.2	Pequena Missão Para Surdos	65
3.3.3	ASL (Associação De Surdos De Londrina)	68
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	75
	LISTA DOCUMENTAL	79
	ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca conhecer um específico e quantitativamente significativo grupo de cidadãos residentes na cidade de Londrina/PR, a saber, os surdos com suas variadas manifestações coletivas, sejam elas de cunho religioso, de diversão ou de intervenção política, buscando compreender quem são, onde vivem, trabalham, estudam, como vivem, onde e para que se reúnem e, em caso de deslocamento entre cidades tornando-se Londrina a cidade de moradia por opção, saber o motivo da decisão, além de entender se esta foi familiar ou individual.

De acordo com o debate recente, o conceito de surdo refere-se a um “grupo com particularidade étnico-linguística” (SILVA, 2012, p.26). Porém, para fins de coleta de dados demográficos, sobretudo em instituições e ferramentas governamentais, a conceituação nesta pesquisa enquadra-se nas definições relacionadas às “pessoas com deficiências”, como no Censo Demográfico de 2000 (IBGE) que utiliza a seguinte categoria para a pessoa surda: “incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir”. Portanto, o estudo contou com um levantamento bibliográfico nacional e internacional sobre a condição de deficiência, em diferentes perspectivas, como da sociologia, demografia, educação e saúde.

Complementarmente, são considerados dados históricos, conceituais e considerações contemporâneas relacionadas às “pessoas com deficiência”, principalmente a surdez, destacando a importância de se perceber a pessoa surda como agente social, de acordo com as relações que são estabelecidas a partir de sua condição diferencial, porém não regido por necessidades especiais.

Propõe-se considerar um distanciamento das generalizações comuns às deficiências para um olhar exclusivo a pessoa surda e, como diz Skliar (2016, p.13), “abrir a discussão sobre a definição da surdez como diferença política”. As conquistas específicas dos surdos são recentes, datando das últimas décadas, e tem evoluído gradualmente na tentativa de alcançar o entendimento de especificidades próprias da surdez, motivo pelo qual o levantamento de leis e decretos nacionais e internacionais relacionados à inclusão está inserido na presente proposta. Um exemplo a destacar é o reconhecimento da língua brasileira de sinais (Libras, lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002) como língua oficial do Brasil,

admitindo em sua formalização um novo conceito para se referir a um coletivo de surdos, a “comunidade surda”, conforme comenta Silva (2012, p.174):

Uma categoria emerge com bastante evidência no processo de afirmação da surdez como particularidade linguística: *comunidade surda*. Na lei que reconhece a *Libras*, Lei Federal 10.436/2002, ela é citada no plural, afirma-se que essa língua é oriunda das *comunidades de pessoas surdas* do Brasil. Contudo, ela tem sido mais frequentemente utilizada por ativistas políticos, religiosos e intelectuais no singular. Em linhas gerais, é possível dizer que ela é agenciada em dois sentidos fundamentais: i) para referir-se ao circuito que integra as instituições e pontos de encontros de *surdos*; ii) como uma categoria política utilizada para exprimir os direitos dos *surdos*, entendidos como sujeitos de direito. (grifos do autor)

Dentro da abordagem sobre o surdo, autores afirmam que o mesmo encontra-se facilmente em meio a seus pares, aqueles com os quais se identifica, e assim possibilita o entendimento de que sua identidade também é percebida no relacionamento com o outro em quem há sua principal característica de identificação. Um exemplo é a observação de Magnani (2009, p.142) a respeito de festas e eventos organizados por instituições voltadas às pessoas surdas: “enquanto festas juninas de bairro ou escola geralmente congregam pessoas ligadas por vínculos de proximidade territorial ou institucional, nas de surdos percebia-se uma frequência dada em função da condição de surdos. ” Ou seja, existe uma necessidade do surdo de estar em meio aos seus pares. Para averiguar ser essa necessidade real e como parte da metodologia empregada, foram realizadas algumas idas a eventos cujo público principal eram os surdos na cidade de Londrina, cujo relato segue após a apresentação dos objetivos e estrutura da pesquisa.

Em visitas de campo exploratórias, nas interações observadas junto aos coletivos de encontros surdos de Londrina/PR, percebeu-se uma diversidade de locais de origem, tanto da pessoa surda, quanto de seus familiares (estes últimos, em alguns casos), o que instigou o estabelecimento de um diálogo entre as causas/motivações migratórias e os padrões de “invisibilidade” que permeiam a atual sociedade ouvinte. Também verificou-se ser a temática surdez “invisível” no campo dos estudos migratórios, que se refere à relação entre migração e deficiência, trazendo a possibilidade de uma análise entre deficiência/surdez e migração, visto

não existir estudos dessa natureza. Este então era o objetivo primário desta pesquisa.

No entanto, a proposta inicial deste trabalho foi modificada perante as reflexões oportunizadas durante a realização da pesquisa e construção da discussão teórica que apontaram a necessidade de um estudo inicial sobre a comunidade surda em Londrina, como se dá sua identidade e quais espaços por ela ocupados, verificando a relação entre identidade, espacialidade, comunidade e surdez numa situação concreta. Posteriormente, a proposta inicial poderá e deverá ser continuada, porém, com conhecimento histórico e identitário desta comunidade que possibilitem uma melhor compreensão dos deslocamentos e suas causas.

Por este motivo, inclui-se as produções que articulam migração e deficiência nos estudos da demografia, cujas referências são de autoria de Bertolucci (2006, 2012, 2013) e trazem contribuições importantes a respeito de algumas realidades vivenciadas pelas “pessoas com deficiência” (PcD) no Brasil, bem como um resumo histórico mundial sobre a evolução deste conceito e suas formalizações jurídicas. Oportuno também citar estudos iniciais a respeito de leis migratórias concernentes às pessoas com alguma deficiência, com sistematização preliminar de documentos que regem a entrada e movimentação destas pessoas no Brasil, impedindo ou dificultando as mesmas de acontecerem (BALTAR; BALTAR; VIEIRA, 2018), e que poderão ser de valia na continuidade de uma análise futura entre surdez e migração.

Uma das orientações advindas dos examinadores da Banca de Qualificação foi a inserção do conceito de “Redes Sociais”, comum aos estudos da Geografia e que se adequariam à busca do entendimento da dinâmica dos surdos em Londrina. A proposta é interessante e responde a algumas inquietações referentes aos encontros: “As redes vêm se tornando um caminho analítico para a compreensão de certos aspectos da organização dos centros urbanos e da forma como estes se articulam no território. ” (BRUMES, 2010, p.74).

Porém, após uma aproximação aos teóricos e pesquisadores do tema e tentativa de diálogo com os chamados “estudos surdos”, observou-se que há um debruçar próprio sobre o tema, com todo um arcabouço de pesquisas e reflexões que fazem uso de expressões como “comunidade surda” e “cultura surda” no que tange a entender essa rede de sociabilidade de um determinado grupo. Optou-se então pelo não aprofundamento do conceito de Redes, numa preocupação em se

ater à nomenclatura e definições comumente referenciadas por pesquisadores surdos e ouvintes militantes da causa surda, respeitando a trajetória de estudos existente. Não significa dizer que o conceito de Rede não se articula aos estudos surdos, pelo contrário, entende-se que um estudo próprio promovendo o diálogo entre Redes Sociais e Comunidade/Cultura surda pode trazer elementos inovadores para ambas concepções, mas este aprofundamento não corresponde aos objetivos presentes nesta pesquisa.

Apresenta-se, como objetivo geral desta dissertação, o verificar se há interação social entre os moradores surdos de Londrina, identificando a existência de eventuais locais de encontros frequentes. Os objetivos específicos para o encaminhamento deste estudo foram: compreender as conceituações elaboradas por pesquisadores surdos sobre Identidade, Comunidade e Cultura Surda; destacar os pontos principais da legislação nacional vigente que trata das pessoas com deficiência; sistematizar a construção do debate sobre os direitos das pessoas com deficiência no contexto internacional e nacional; organizar dados quantitativos presentes em fontes secundárias referentes a 2000 e 2010; estruturar informações primárias que possibilitem compreender a história e dinâmica da população surda residente na cidade de Londrina. A pesquisa partiu da hipótese de que é possível identificar um ou mais padrões de sociabilidade entre os residentes surdos de Londrina, tendo como elemento integrador sua condição enquanto surdos e não regidos pela deficiência.

Para o cumprimento da proposta desta pesquisa, as pessoas contatadas para participar foram aquelas portadoras de surdez congênita, ou seja, que adquiriram a surdez durante seu período gestatório, ou os que se tornaram surdos durante a primeira infância, como consequência de doenças ou de infecções no ouvido. Tal escolha deve-se ao entendimento de que estes são os que lutam por conquistas de direitos igualitários nas diversas esferas da sociedade (trabalho, educação, saúde...) e que possuem cultura e língua próprios, por não terem acesso à língua falada e que utilizam da língua de sinais (ou mesmo da oralização) para se comunicarem, fazendo parte da parcela da sociedade denominada “comunidade surda” (entre outros) e que comumente se encontra em situação de desvantagem em relação aos ouvintes.

Alguns dos surdos convidados a participar desta pesquisa são Professores de Libras atuantes no ILES (Instituto Londrinense de Educação de

Surdos), alguns deles foram meus Professores na Especialização em Educação Especial-Libras no ano de 2012, quando conheci a comunidade surda da cidade de Londrina e tive a oportunidade de me encantar com a bravura com que lidam com as limitações impostas pela sociedade. Tomei conhecimento também nesta época da realidade migratória que conduziu alguns deles a esta cidade, levando-me à curiosidade a respeito desta abordagem que espero dialogar com maior profundidade em pesquisa futura: deficiência-surdez/processos migratórios.

A pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro considera uma discussão teórica a respeito da identidade e da sociabilidade, também da abordagem de comunidade priorizando pesquisadores surdos e suas produções e pesquisas, pois entende-se que para uma melhor compreensão dos conceitos e realidades sobre surdez, a pessoa que vive diariamente esta realidade é a mais indicada para assimilar a complexidade de fatores envolvidos na diferença de perspectivas entre surdos e ouvintes.

O capítulo seguinte apresenta uma abordagem histórica e conceitual sobre deficiência em sua amplitude geral, por ser a temática onde se insere inicialmente uma categoria para os surdos, partindo da visão médica da surdez. Em seguida, as conquistas institucionais e o aprimoramento na elaboração de leis que ampliam os direitos das PcD's é abordado, contando ainda com uma relação das edições dos censos demográficos brasileiros e como consideram os quesitos sobre esta parcela significativa da população. Estreita, também, a discussão sobre direitos e conquistas a partir da realidade específica dos surdos, trazendo seu processo de reconhecimento histórico totalmente atrelado à educação e ao reconhecimento e uso da língua brasileira de sinais (LIBRAS). Traz o levantamento e análise de dados secundários, de forma a organizar as semelhanças e diferenças nos dados levantados em duas fontes nacionais: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE), observando se há aumento/diminuição dos números de PcD's e surdos no contexto nacional, estadual e municipal, por serem estas as edições mais recentes desta importante ferramenta estatística.

É importante mencionar que os dados do Censo Demográfico não abrangem todas as especificidades da deficiência; a formulação dos quesitos, dada a necessidade de sua objetividade, não contempla a abrangência dos motivos e causalidades da deficiência, nem permite saber se ela acontece desde o nascimento do indivíduo ou se foi uma deficiência desenvolvida ao longo da vida da pessoa.

Tratando de forma mais específica, no caso da pessoa surda, o próprio envelhecimento pode ocasionar a perda da audição, ou ainda as situações de vida como o trabalho com exposição a alta sonoridade, também o uso indevido de aparelhos com fones de ouvido, são algumas das circunstâncias que podem originar uma perda parcial ou até mesmo total da audição. Devido a ausência dessas especificidades de informações, optou-se pela utilização de entrevista semiestruturada com pessoas surdas residentes em Londrina.

Foram realizadas 03 (três) entrevistas com surdos residentes em Londrina, que aconteceram em diferentes locais, priorizando a comodidade dos entrevistados, de acordo com a facilidade de acesso e locomoção de cada um, tendo sido a escolha de dois deles o local de trabalho e de um outro, uma cafeteria. Por se tratar de pessoas que utilizam da Libras para se comunicarem, da qual não tenho fluência, nas três ocasiões houve a participação de uma TIL (Tradutora e Intérprete de Libras) profissional devidamente capacitada para tal função conforme certificado Prolibras¹, garantindo captar melhor todas as particularidades de suas respostas sinalizadas. Seu auxílio aconteceu com a ciência e concordância dos entrevistados.

Mantendo ainda a preocupação com o registro das respostas, as entrevistas foram filmadas, com as devidas permissões dos participantes, visto que a expressão facial utilizada na fala sinalizada é parte da gramática da Libras e de extrema importância pois demonstra a intensidade de uma informação durante a comunicação, possibilitando uma melhor compreensão das respostas, e, portanto, uma tradução mais fiel no momento das transcrições para a Língua Portuguesa. Após a finalização da pesquisa e uso único e exclusivo das entrevistas para a discussão aqui proposta, o material de gravação (“pendrive”, HD, ou outro recurso qualquer de armazenamento das imagens) permanecerá devidamente arquivado pela pesquisadora, garantindo assim, a preservação da imagem e identidade dos indivíduos participantes e a utilização deste apenas ocorrerá no caso de produção de novos trabalhos a partir desta pesquisa e necessidade de demais informações das entrevistas realizadas.

¹ Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, conforme Decreto nº. 5626/2005 e Portaria MEC nº 20/2010.

Por fim, algumas considerações reflexivas sobre a realidade observada e captada nos relatos, dialogando com os autores apresentados e o entendimento a que se chegou, não de forma conclusiva, mas permitindo compreender melhor a necessidade que os surdos têm de nominar a si próprios como “comunidade surda” e possuidora de uma identidade e cultura que lhe são próprias.

1 IDENTIDADE E SOCIABILIDADE DOS SURDOS

O conceito de identidade é alvo de estudos diversos, abrangendo os campos de estudo da Filosofia, Psicologia e Antropologia, principalmente. A concepção assumida pode variar bastante conforme a área de pesquisa, o contexto histórico e territorial em que se vive. No campo dos estudos surdos não é diferente, muito tem sido escrito sobre a identidade surda, assim como sobre “cultura surda” e “comunidade surda”, ou ainda, como acrescenta Magnani (2007) "mundo surdo" e "minorias linguísticas". Estas expressões fazem parte de estudos no campo das ciências humanas e sociais e, como não são o foco da presente pesquisa, apresenta-se algumas vertentes reflexivas de autores selecionados a fim de embasar o entendimento geral sobre identidade e comunidade que será utilizado para compreensões a respeito dos surdos em Londrina.

Para iniciar um pensamento sobre identidade surda, faz-se necessário entender primeiramente como se conceitua a identidade na discussão atual e como se percebe o sujeito detentor ou não desta identidade. Stuart Hall (2006) explana três concepções de identidade: a do Iluminismo (o sujeito cartesiano), o Sociológico e o Pós-Moderno. Na concepção Iluminista, a identidade é compreendida com base no indivíduo em si mesmo, provido de racionalidade própria, de onde obtém conhecimento que se transforma em ação, uma concepção absolutamente individualista do sujeito e de sua identidade.

No pensamento Sociológico, a identidade é construída na interação entre o indivíduo e a sociedade, na influência da relação com o (s) outro (s) que constrói a cultura, seus símbolos, os sentidos e os valores, à medida que se unificam nesta interação. A identidade Pós-Moderna apresenta-se como uma desconstrução desta unidade e da individualidade. A percepção de si mesmo não é mais uma constante, depende do contexto histórico e ambiental onde se está inserido. Não há uma identidade fixa, unificada, porque esta seria uma fantasia. Pelo contrário, há uma pluralidade na identidade, de acordo com o movimento e representação cultural com os quais se busca identificar. Fazendo uso dessas concepções, Hall compreende o sujeito atual através das influências externas que surgem em função de suas relações.

Perlin (2016), citando também Hall (1997, p.53), afirma que “a identidade cultural é formada por meio do pertencimento a uma cultura.” E ainda

outro autor que ecoa a coletividade como marcador da identidade, Halbswachs (1990, p.133), revela uma situação que mostra-se notória e resguarda o indivíduo de permanecer constante e indefinidamente no devir individualista:

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução. A imagem das coisas participa da inércia destas. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio.

Percebe-se que não é um olhar voltado a uma única pessoa, mas ao agrupamento delas por diferentes motivos, inclusive para se detectar este motivo, entender o que há de comum que engendra a coletividade. Assim também acontece com o surdo, que encontra-se facilmente em meio a seus pares, aqueles com os quais se identifica, e assim possibilita o entendimento de que sua identidade também é percebida no relacionamento com o outro em quem há sua principal característica de identificação. Toma-se a explanação de Perlin (2016) sobre a identidade surda, quando afirma haver a necessidade de uma proximidade com o outro surdo, por ser ele o outro igual, e de ser essa necessidade uma constante, devido à sua identidade subordinada perante o ouvinte. Necessidade de adequação ao meio ouvinte, facilitada quando junto a outro possuidor da mesma necessidade.

Também sobre a construção da identidade surda, Silva (2012, p.22) revela que “... o processo de aprendizado de uma condição auditiva particular se dá, necessariamente, de maneira relacional. ” Este mesmo autor relata uma história, corriqueiramente presente em *estudos surdos*, sobre o jovem Sam e sua experiência de autoconhecimento enquanto surdo ter se dado em contato com uma vizinha ouvinte, a quem ele atribuía certo grau de estranheza, talvez até mesmo advinda de uma doença por não saber se comunicar com ele através dos sinais. Ao questionar a mãe sobre essa provável triste doença da amiga vizinha, descobre ser ela uma ouvinte e ele, o sujeito diferente. Neste mesmo caminho, o autor comenta:

Não são poucos os relatos sobre os processos de tomada de consciência individual de ser diferente pela audição.

Alguns filmes sobre o tema, como os notáveis documentários franceses *O país dos surdos* (direção de Nicolas Philibert, 1992, 92 minutos) e *Sou surdo e não sabia* (de Igor Ochronowicz, 2009, 70 minutos), revelam com riqueza de detalhes o complexo processo de aprendizado de que se é *surdo*, diferente dos pais e da maioria dos adultos. (SILVA, 2012, p.22)

Tais fatos corroboram com Hall (2006) quando trata da crise de identidade para o indivíduo. Percebe-se nas citações anteriores que, seja o outro sujeito alguém participante do grupo dos seus pares, seja o outro sujeito o ouvinte que se comunica de forma diferente, o surdo percebe-se surdo, se identifica como surdo na relação com o outro.

Assim, cada vez mais se entende a identidade perpassada pelas relações. “*Não é o indivíduo isolado...*”. E ele não o pretende ser. Conquanto um novo espaço traduza uma nova realidade e com ela as dificuldades de se encontrar como indivíduo, bem como de encontrar o espaço a pertencer, as oportunidades de trabalho e educação possibilitam também novas oportunidades de organização social, promovendo encontros entre os surdos com seus pares e com esses “...é o *indivíduo como membro do grupo...*”, mesmo que de um novo grupo. “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem.” (Halbswachs, p.143, 1990). As palavras de Lopes (2016, p.115) ressoam uma coletividade presente na identidade surda:

Tentando pensar o sujeito surdo dentro de uma perspectiva pós-moderna, posso dizer que há múltiplas identidades surdas em construção. Elas se manifestam conforme os sujeitos são contados ou chamados a narrarem diferentes experiências e subjetividades. Acredito que todos os surdos possuem, entre outras, uma identidade surda, porém essa se apresenta de forma variada ou de acordo como estes são representados.

Outra autora que apresenta a pluralidade da conceituação, trazendo sempre a expressão “identidades surdas”, é Perlin (2003, p.130) e para ela, as “identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda”. Ou seja, para conceber a identidade surda é necessário considerar sua coletividade e as variadas formas de manifestação típicas do coletivo surdo. Há relatos de um tempo e lugar em que os surdos, por estarem em grande número,

fizeram parte da população sem distinção alguma das suas condições, não sendo tratados como deficientes ou como surdos. Este fato ocorreu em Massachusetts, EUA, mais especificamente na ilha de Martha's Vineyard, no século XIX, onde uma parcela da população era surda devido a questões de hereditariedade e a população toda adotou uma língua de sinais comum que veio a preceder o ASL - American Sign Language - pois vários dos surdos ali residentes foram enviados ao Asilo Hartford no início desta instituição e influenciaram a formação da língua que se espalhou por outras escolas de sinais que vieram a ser fundadas com este objetivo (SACKS, 2018).

No entanto, este fato não encontra eco na realidade atual, quando o surdo vive sob a sombra de um estigma de incapacidade linguística (chamado de mudo, quando não o é) e até intelectual. Sobre tal concepção depreciativa, vários são os autores que percebem a necessidade de um momento de ruptura com as generalizações das deficiências e, para Skliar (2016, p.12) – principalmente no que se refere à educação especial - a tensão deste distanciamento precisa se fazer presente, afinal...

“... o que há de comum entre o surdo e, por exemplo, um cego, que separa esse surdo – ou esse cego – de um menino de rua, de um indígena, de um trabalhador rural? A resposta pode ser complexa, mas revela a necessidade de abraçar outras representações ou configurações mais amplas sobre os sujeitos e seus grupos sociais de pertencimento. ”

Skliar também estabelece uma diferenciação nos conceitos comumente utilizados para com os surdos: deficiência – diversidade – diferença, e ressalta sua conclusão afirmando que “... a surdez é uma diferença – mas como uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos. ” (2016, p.13). É mediante essas conceituações estabelecidas que propõe-se aqui pensar o contexto vivido pela pessoa surda, principalmente considerando o pressuposto de Silva quando afirma que “Partiu-se da hipótese de que a surdez, mais do que um dado da natureza, na verdade é o efeito de configurações discursivas de saber-poder. Foi demonstrado o modo como agentes, saberes, práticas e disciplinas regulam corpos surdos. “ (2012, p.217)

Ao observar o cotidiano de oportunidades dos surdos, verifica-se uma realidade contrastante, que não corrobora com uma ação expressiva como bem declara Perlin (2016, p.53) “o caso dos surdos dentro da cultura ouvinte é um caso em que a identidade é reprimida, se rebela e se afirma em questão da original. ” Para exemplificar, considera-se Bertolucci que se dedica a tratar das oportunidades de trabalho oferecidas a pessoas portadoras de deficiência, possibilidade presente na Constituição de 1988 e defendida no tocante às igualdades que devem prevalecer em uma admissão. Tanto no âmbito público quanto no âmbito privado faz-se obrigatória a contratação dessas pessoas com número de vagas proporcionais regidas por lei. Porém, a realidade distancia-se da proposta convencionada e, mesmo que empresas oportunizem as devidas vagas, estas muitas vezes não são preenchidas devido à falta de preparo, de escolaridade formal ou ainda por questões socioeconômicas que dificultam a procura por parte das pessoas com deficiência.

O foco de Bertolucci et al. (2006) está na permanência ou não dos portadores de deficiência nos postos de trabalho e em quais postos, objetivando uma análise das estruturas possibilitadas pelas políticas públicas a essas pessoas. Neste viés analítico, declara que “(...) percebe-se a concentração de PPD (pessoas portadoras de deficiência) em profissões que, tradicionalmente, exigem menor nível de qualificação (auxiliar) e certamente geram baixa remuneração salarial” (BERTOLUCCI et.al, 2006, p.10).

Perlin (2016, p.55 e 56) discorre sobre estereótipos e em seu desenvolvimento do pensamento retrata também a questão do trabalho como amostra das desigualdades a que são submetidos os surdos em suas oportunidades de emprego:

Se citarmos, como exemplo, o campo do trabalho, logo teremos disparidades de estereótipos. (...) A ideia de o surdo concentrar-se facilmente em suas atividades sem a distração do barulho leva a uma imagem do surdo como produtor braçal de produtividade. Isso torna presente a ideologia de que vale a pena contratá-lo no campo de trabalho pelo que ele produz não pelo que aparenta. A ideia de que as pessoas surdas dificilmente possam ascender em escala de coordenação ou gerência faz com que sempre continuem sob trabalhos designados pelo poder ouvinte.

As implicações desta condução de ações nas relações sociais estabelecidas, demonstram uma diferenciação no tratamento de surdos e ouvintes, que intensificam suas diferenças e trazem consequências aos surdos que, conforme a mesma autora são “Admitidos como tipos incapazes, continuam a carregar a marca de seus corpos ditos mutilados, de sua inteligência dita fracassada, arrastando-se pela sombria incoerência de nossos dias. “ (PERLIN, 2016, p.55)

No caso dos surdos, provavelmente a ausência da oralidade imponha uma normatividade subjetiva, pois não raro se constata uma realidade onde, conforme afirma Claudio (2015, p.10), “a maioria das pessoas não consegue entender como os surdos falam mesmo sendo surdos, e chegam mesmo a pensar que os surdos são estrangeiros, mesmo sendo brasileiros. ”

Mas há que se perceber que, na evolução histórica e conceitual sobre a pessoa surda é possível encontrar parâmetros para evoluir também o debate quanto à resignificação do espaço-tempo-memória social a que se permitem expor estes grupos que se consolidam. Em outra citação de Perlin (2016, p.70):

O objetivo do movimento surdo é revelar as forças subjacentes nos estereótipos encontrados nas diversas instituições sociais, bem como, as interpretações de surdos ou ouvintes isolados não constantes da cultura surda; questionar a natureza ideológica de suas experiências, ajudar os surdos a descobrirem interconexões entre a comunidade cultural e o contexto social em geral; em suma, engajar-se na dialética do sujeito surdo.

Note-se novamente que não é a pessoa surda isolada, mas em seu coletivo – a comunidade surda – que possibilita as ações que seriam capazes de influenciar o meio em que vive. Não há como definir e demarcar uma identidade própria e constante da pessoa surda, bem como de sujeito algum, como diz Hall (2006, p.11): “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (...) Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. ”

É no encontro com o outro que também se difere dos outros que o surdo se identifica como pertencente a um espaço...

Resumindo tudo o que foi dito a maioria dos grupos, não somente aqueles que resultam da justaposição permanente

de seus membros, dentro dos limites de uma cidade, de uma casa ou de um apartamento, porém muito outros também, imprimem de algum modo sua marca sobre o solo e evocam suas lembranças coletivas no interior do quadro espacial assim definido. Em outras palavras, há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos. (HALBSWACHS, p.159, 1990)

O espaço requerente pelo surdo encontra-se no momento da comunicação sinalizada, que constitui elemento fundante da participação deste cidadão na sociedade para o cumprimento dos seus direitos. No entanto, esta tem sido uma busca contínua, um movimento de luta constante dos surdos perante a predominância do discurso oral que impera com ares de superioridade.

Ao analisar os relatos sobre a realidade atual a que o surdo está inserido percebe-se facilmente um discurso social de inclusão, porém este se manifesta de forma distorcida e apresenta em sua essência um leviano subjuogo que procura manter sua face dominadora, visto que o surdo é tido também como mudo e, portanto, sem voz e vez na sociedade. Nas conclusões de Skliar (2016, p.55) “O indivíduo surdo faz parte dos movimentos marginalizados. Qualquer comportamento negativo de sua parte provoca distorções e estereótipos dentro de uma situação de dominação”, e ainda “O que mais está em jogo de poder hoje é a interpretação do poder por meio do disfarce da integração. ” (SKLIAR, 2016, p.69)

A evolução histórica e conceitual da surdez tem demonstrado ganhos efetivos no que tange ao reconhecimento do surdo enquanto indivíduo social e plenamente capaz de exercer seus direitos e deveres como cidadão. No entanto, as contribuições trazidas pelos pesquisadores da área aqui citados expõem uma realidade que, embora latente, *ainda* permeia a compreensão da sociedade a respeito deste indivíduo instituidor da comunidade surda.

Assim, apesar do descaso por parte da população em geral e das autoridades, os surdos têm buscado avançar em suas conquistas políticas na medida em que “... falam de maneira legítima em nome de uma coletividade formada por sujeitos de direito, a comunidade surda brasileira. Certamente a instituição que ocupa essa posição fundamental no Brasil é a FENEIS. ” (SILVA, 2012, p.183)

Pode-se afirmar que esta instituição, a Fundação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) - que tem por finalidade “a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos” - tem cumprido,

enquanto representante da comunidade surda brasileira, seu propósito é lutar por garantir cada vez mais a cidadania comunicativa surda que, segundo Claudio (2015, p.3), "... implica no desenvolvimento de práticas sociais que busquem garantir os deveres e direitos no campo da comunicação, além de relacionar as dimensões cultural e social que vinculem, no ambiente, não os critérios discriminatórios, mas sim, valores de igualdade e de oportunidade de crescimento com qualidade de vida". Almeja-se avançar sempre nas conquistas, de forma a alcançar uma ação comunicativa expressiva na sociedade, afirmando a identidade do surdo enquanto cidadão consciente e protagonista de sua história.

2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE DEFICIÊNCIA E SURDEZ

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DAS PCD'S

A deficiência faz parte da humanidade desde seus primórdios, com variados entendimentos e atitudes por parte das populações frente ao diferente, à deformidade (em alguns casos) e àquilo que não se podia explicar, nem entender. Abandonos por parte dos pais, culpa advinda da ideia de “castigo de Deus”, equiparação com demônios ou bruxarias e exploração da imagem como atração circense, permearam (e permeiam) o imaginário social ao deparar-se com o “imperfeito”, com aquele que não se amolda aos padrões costumeiros das sociedades.

A mudança de paradigma a respeito de pessoas com deficiência (PcD) surge, segundo Mazzotta e Gugel (2005 e 2007 respectivamente, apud FERNANDES et.al, 2011), durante o Império Romano e a partir da disseminação do cristianismo com sua doutrina a respeito do amor, da caridade e da imagem e semelhança de Deus. É a igreja que inicia os trabalhos de acolhimento com abertura de hospitais e abrigos específicos para esta demanda da população. No século XVIII, com a Revolução Industrial, permite-se considerar a possibilidade da habilitação e reabilitação da PcD para o trabalho. Com a chegada da indústria mecânica e as novas e desconhecidas ferramentas, a incidência destas aumenta, conforme Fernandes et.al (2011, p.136):

O trabalho, muitas vezes em condições precárias, começou a ocasionar acidentes mutiladores e também doenças profissionais. Assim, tornou-se necessário a criação do Direito de Trabalho e de um sistema de seguridade social mais eficiente. No século XIX finalmente percebe-se uma grande mudança para os indivíduos com deficiência. Surge uma atenção especializada e não só institucional como os hospitais e abrigos. Começam os estudos para os problemas de cada deficiência.

Os estudos de Bertolucci (2012), por apontarem os resultados de pesquisas nacionais, principalmente o Censo Demográfico, levantam a problemática

da definição/conceituação da deficiência bem como dos graus de severidade das deficiências apontadas.

A discussão sobre esta temática é ampla e pretende ser melhor abordada na continuação desta pesquisa, mas, para efeito de centralidade na presente proposta, a pesquisa acontece especificamente sobre o contexto da pessoa surda, a fim de melhor refletir suas particularidades, embora, por vezes, faça-se uso dos dados coletados nos estudos amplos sobre deficiência, como forma de demonstração da realidade encontrada.

2.1.1 Construção do Direito Institucional das PcD's

A trajetória de lutas e conquistas das PcD's recebe maior destaque no século XX, tendo como princípio norteador a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, pela ONU. Seis décadas depois, em 2006, acontece a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde atualizam-se internacionalmente os direitos dos portadores de deficiência, principalmente no reconhecimento de "(...) que se não há acessibilidade para aquelas pessoas, ocorre discriminação" (p.3, 2012).

Tal documento é assinado em 2007 pelo Brasil, entra em vigor internacionalmente em maio de 2008 e torna-se reconhecido como norma constitucional no Brasil através do Decreto 6949 de 25/8/2009, de onde ressalta-se o trecho:

Nessa Convenção, define-se o propósito de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade, além de enfatizar o conceito social de longo prazo para a deficiência, ou seja, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009, p.3)

Os estudos de Bertolucci (2012) trazem contribuições importantes a respeito deste histórico, como observa-se no QUADRO 1 (pág. 26). São mais de seis décadas transpondo desafios de conceituação, reconhecimento e distinção de características peculiares a cada tipo de deficiência, tanto internacional quanto nacionalmente. Com destaque para as diferentes fases em que se dividem as

conquistas alcançadas historicamente, sendo a “Fase da Reclusão ou Segregação Social” (visão médica da deficiência, até 1948), “Fase da Reabilitação e Integração Social” (com predomínio do conceito médico da deficiência, 1948 a 1981), “Fase da Inclusão Social” (1981 a 1999) que se apresenta num primeiro momento como um conceito social, contribuindo na visão médica da deficiência, e no segundo momento (2000 em diante) como conceito biopsicossocial da deficiência.

Simultaneamente às conquistas das PcD's durante a história, as pessoas surdas também vão enfrentando desafios e obstáculos concernentes especificamente sobre suas características próprias, ganhando e perdendo direitos conforme o entendimento e influência de cada época.

**QUADRO 1 - Aparato Legal voltado às Pessoas com Deficiência
(Evolução conceitual no período de 1948 a 2006)**

Ano	Âmbito	Declarações, Leis, Políticas e Normas	Perspectiva para a Deficiência ou para a PcD
<i>Até 1948 - FASE DA RECLUSÃO OU SEGREGAÇÃO SOCIAL - Visão médica da deficiência*</i>			
<i>1948 a 1981 - FASE DA REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL - Predomínio do conceito médico da deficiência*</i>			
1948	ONU	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Direito à segurança no caso de invalidez.
1971	ONU	Declaração dos Direitos do Deficiente Mental	A limitação na faculdade mental promove diferentes graus de responsabilidade e não impede o desenvolvimento ao máximo de aptidões e possibilidades.
1975	ONU	Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social	Integração no mercado de trabalho e nos sistemas educacionais e de saúde.
1975	ONU	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes	Deficiência física ou mental gera a incapacidade se a pessoa não consegue assegurar por si mesma suas necessidades individuais.
<i>1981 a 1999 - FASE DA INCLUSÃO SOCIAL - O conceito social contribuindo na visão médica da deficiência**</i>			
1981	ONU	Ano Internacional das Pessoas Deficientes	Inclusão social: a deficiência não deve resultar de barreiras sociais ou do meio ambiente.
1982	ONU	Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência	Há desvantagem na relação da PcD e o meio ambiente, se ocorrerem barreiras físicas, culturais e sociais que comprometam o acesso aos sistemas sociais.
1983	OIT	Convenção 159 / Conferência Internacional do Trabalho	Integração no mercado de trabalho / reabilitação
1988	Brasil	Constituição Federal Brasileira	Criar ambiente social acessível, superando barreiras físicas (obstáculos arquitetônicos, espaços públicos); econômicas (BPC, equiparação de salários, cotas de empregos); sociais (proteção com acesso à saúde, assistência pública e promoção social); atitudinais (eliminação de preconceitos).
1989	Brasil	Lei 7853/89, regulamentada pelo Decreto 3298/99	Implementa a Constituição via Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.
1991	Brasil	Lei 8213/91	Inclusão no mercado de trabalho
1993	ONU	Normas para Equiparação de Oportunidades para PcD	Deficiência, Incapacidade e Desvantagem não apresentam relação direta.
1993	Brasil	Lei Orgânica de Assistência Social	Garantia dos mínimos sociais; promover habilitação e reabilitação.
1994	ONU	Declaração de Salamanca Conferência Mundial sobre Educação Especial	Definição dos planos nacionais de educação especial - inclusão no sistema educacional.
1999	Brasil	Decreto 3298/99 atualizado pelo Decreto 5296/2004	Implementação da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.
1999	ONU	Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as PcD	Eliminar discriminação e outras barreiras geradas pelo ambiente econômico e social.
1999	Reabilitação Internacional	Carta para o Terceiro Milênio (Reabilitação Internacional)	Tendo como meta, no Terceiro Milênio, que as nações protejam os direitos das pessoas com deficiência mediante o pleno empoderamento e inclusão delas. A Carta sugere a realização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
<i>2000 em diante - Continua a FASE DA INCLUSÃO - O conceito biopsicossocial da deficiência ***</i>			
2004	Brasil	Norma Técnica sobre Acessibilidade NBR 9050	Acessibilidade nas edificações e outros espaços públicos e privados.
2006	ONU	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Consolidação do Modelo Biopsicossocial destacando a deficiência como resultante de impedimentos de longo prazo e de barreiras diversas, impeditivas de plena participação.

Fonte: Bertolucci (2012) - * * * * Diferentes conceitos sobre deficiência, não abordados no presente trabalho, presentes nos estudos de Bertolucci (2012)

Observações: ONU - Organização das Nações Unidas; OIT - Organização Internacional do Trabalho.

2.1.2 A Deficiência no Censos Demográficos Brasileiros

Este capítulo apresenta uma breve análise da presença e evolução dos quesitos sobre a deficiência conforme sua formulação e abrangência, de acordo com os dados coletados pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ao longo dos anos em que foi realizado.

Historicamente, há uma evolução dos dados da deficiência nas edições dos Censos Demográficos Brasileiros, abrangendo paulatinamente mais aspectos e tipos de deficiência. A deficiência fez parte de várias edições do Censo Brasileiro, totalizando oito historicamente, sendo, porém, sete com divulgação das informações coletadas.² No período de 1950 a 1960, devido ao grande crescimento da população brasileira, os altos custos impulsionaram a reorganização do questionário em duas categorias: a “universo” - questionário básico, respondido pela maioria dos entrevistados - e a “amostra” - questionário com quesitos detalhados, respondido por 25% da população (OLIVEIRA e SIMÕES, 2005).

Em 1989, a Lei 7853 determina que todas as edições do Censo Brasileiro tenham questões referentes às pessoas com deficiência.³ A forma como os quesitos foram elaborados sofreu modificação a cada edição, tanto nas definições de cada deficiência, quanto no modo como elas se apresentam e em seus agrupamentos. Também a falta de padronização nos métodos de pesquisa dificulta a percepção de tendências ou evoluções relacionadas às pessoas com deficiência.

É possível observar nos quesitos censitários as mudanças ocorridas em cada tipo de deficiência e a forma como suas conceituações foram sofrendo alterações, bem como o método, especialmente no que diz respeito às perguntas, utilizado nas pesquisas de forma a alcançar um resultado mais satisfatório e condizente com a realidade das pessoas com deficiência em suas diversas especificidades. Exemplificando, o Censo 2000 traz a palavra “capacidade” para o

² O I Censo da República data de 1890 e não chegou a ser executado, ficando apenas o registro de seu projeto. É chamado de Primeiro devido à mudança na forma de governo do país. A edição anterior a esta, em 1872, foi denominada Censo Geral do Império. (Fonte: site do IBGE, acesso em 09 de maio de 2018)

³ Art. 17. Foram incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País. (Lei n.º 7853, de 24 de outubro de 1989)

entrevistado avaliar sua condição, enquanto que o Censo 2010 utiliza a palavra “dificuldade”. Essas mudanças nas definições repercutem na resposta dada pela pessoa entrevistada, inclusive quando a resposta é dada por “terceiros”, ou seja, um membro da família, morador da mesma residência da pessoa com deficiência, porém sem o entendimento devido da condição médica e das especificidades limitantes, do grau de comprometimento que a deficiência impõe, se houve ou não um avanço nas limitações com o passar dos anos.

É importante ressaltar alguns aspectos que permitem o questionamento da infalibilidade das informações fornecidas pelo Censo, sendo a principal delas o seu caráter de pesquisa por amostragem. Este aspecto do censo demográfico deve ser considerado, porém não minimiza sua relevância no que concerne a obtenção de dados significativos da sociedade.

A metodologia empregada é resultado de estudos estatísticos que comprovam sua eficácia, disponibilizando variáveis expressivas para obtenção de dados populacionais. E para o presente estudo, essa característica não traz influência significativa, visto que o quesito sobre deficiência consta do questionário da amostra nas edições de 2000 e 2010. Desta forma, o Censo Demográfico permanece como única fonte de dados segura disponível.

Outro aspecto importante a destacar é o impasse recorrente na definição de deficiência e, dentro dessa, a distinção entre os tipos de deficiência e seus graus de severidade, bem como suas causas e tempo de existência (se permanentes, se existentes desde a infância, ou se resultado da idade avançada). Esta problemática não pode ser considerada apenas como uma situação biomédica devido às diversas dificuldades que essas pessoas encontram em seu meio social e de inviabilidades em seus acessos aos recintos públicos.

Bertolucci (2012) afirma que, além do aspecto médico abordado pelo entrevistado, há um modelo social da deficiência refletido no despreparo da sociedade em exercer a inclusão de pessoas portadoras de diferentes necessidades. Ele também aponta sugestões de ampliação das informações específicas sobre pessoas portadoras de deficiências nos censos demográficos de forma a melhor compreender a realidade a que estão sujeitas, a saber: tipo, causa, idade de aquisição, indicação de barreiras físicas, sociais ou atitudinais, se faz uso de tecnologia assistida... ou seja, um maior detalhamento das condições vividas.

Todo este panorama de mudanças na conceituação de deficiência e na forma de inquirir à população, estabelece resultados que possibilitam refletir sobre o aumento significativo na proporção de pessoas que apresentam alguma deficiência física, de acordo com os dados do último Censo Demográfico da população brasileira (principalmente a edição de 2010).

Tabela 1 – População total e população com deficiência, Brasil 1872 - 2010

Anos**	População Total	População com deficiência	
		Valores Absolutos	Percentual (%)
1872	10.112.061	89.621	0,89
1890*	14.333.915	0	0
1900	17.438.434	50.579	0,29
1920	30.635.605	56.088	0,18
1940*	41.236.315	97.156	0,24
1991	146.815.795	1.667.785	1,14
2000	169.872.856	24.600.256	14,48
2010	190.755.799	45.606.048	23,91

Fonte: Recenseamentos e censos demográficos do Brasil, IBGE, 1872 - 2010 (Apud LENZI, 2012, p.17)

*Os dados referentes às pessoas com deficiência em 1890 foram publicados apenas para o Rio de Janeiro, à época, Distrito Federal.

**Nas edições de 1950 a 1980, a deficiência não foi contemplada nos quesitos censitários. ⁴

A Tabela 1 destaca todas as edições dos recenseamentos e censos demográficos que trouxeram quesitos abordando a temática da deficiência. Observando a Tabela 1, é importante esclarecer que, embora esta parcela da sociedade a princípio apresente um número que parece não ser muito significativo, nos resultados censitários de 2000, a população brasileira apresentava 14,5% de seu contingente (equivalente a 24.600.256 pessoas) sendo portadores de deficiência, e, em 2010, esta participação elevou-se para 23,9% (equivalente a 45.606.048 pessoas).

Bertolucci (2012) afirma que este expressivo aumento pode ser explicado por vários motivos: problemas ocorridos no nascimento, questões

⁴ O Censo de 1880 não ocorreu devido a mudanças de orientação do governo imperial. Com o advento da Proclamação da República, instituiu-se o Censo Decenal da República, sendo 1890 o primeiro. No entanto, em 1910, as operações foram suspensas e o III Decenal não aconteceu. Em 1930, por motivos políticos também não há a edição do Censo. Em 1950, as questões relacionadas à deficiência são retiradas dos quesitos, retornando em 1991. (cf. site do IBGE)

genéticas, situações socioeconômicas, enfermidades, deslocamentos migratórios e condições ambientais; razões de caráter permanente, logo, conduzem a uma tendência de aumento no número de pessoas com deficiência em dados futuros.

Acrescenta-se que, além dos motivos apontados pelo autor e relacionados diretamente às pessoas que responderam ao questionário, os instrumentos utilizados sofreram alterações ao longo das edições do Censo, conforme anteriormente abordado, principalmente na elaboração das perguntas que, dependendo do formato, facilita ou dificulta a admissão da deficiência por parte do portador da mesma. Outro aspecto a ser considerado é a possibilidade de pessoas serem acometidas por alguma deficiência devido ao avançar da idade, e assumirem a deficiência em suas respostas como se sempre a tivessem, como é o caso da perda de visão e audição (LENZI, 2012).

Certamente que a ampliação de informações específicas sobre pessoas portadoras de deficiências nos censos demográficos traria uma significativa melhora na compreensão de suas realidades. Mas como a mudança nos quesitos não faz parte da abordagem principal a que se destina este trabalho, observa-se os tópicos abordados como ressalva e considera-se os resultados obtidos pelos quesitos tal como estão apresentados.

Como percebe-se, a inclusão de quesitos sobre deficiência nos Censos Demográficos do Brasil traz complexidades que não permitem a problematização de questões a respeito de identidade, sociabilidade, trajetórias de vida e trajetórias migratórias das deficiências de forma indiscriminada. É necessário filtrar as informações coletadas para uma análise específica perante a seleção de uma das deficiências. Neste caso, apresenta-se a surdez devido ao envolvimento e conhecimento prévio pessoal da pesquisadora sobre a comunidade surda e, principalmente, por ser a cidade de Londrina aglomeradora de pessoas surdas e, portanto, abrigar uma comunidade expressiva quantitativamente conforme os dados que serão detalhados adiante.

2.2 SURDEZ – CONQUISTAS HISTÓRICAS E INSTITUCIONAIS

Toda a conquista de direitos da comunidade surda está vinculada diretamente à trajetória da construção da Língua de Sinais no Brasil e no mundo, pois é através dela que o reconhecimento dos surdos acontece ou sua invisibilidade social é confirmada.

A Língua de Sinais passou por um processo lento e mutilador, até se tornar legalmente a língua oficial dos surdos. Segundo Josefa Maria de Oliveira Povh (2013), em 1520 o monge espanhol Pedro Ponce de Leon estabeleceu a primeira escola de Surdos na Espanha. A escola surgiu para que os filhos dos nobres pudessem assumir os compromissos e negócios de seus pais, pois, antes disso, os surdos eram considerados pessoas ineducáveis. Ele era contratado para ensinar filhos de nobres surdos de forma a completar a educação destes no que diz respeito à apropriação da palavra devido à posição que esses tinham na sociedade da época.

Juan Pablo Bonet, no século XVII, também se ocupou da educação de surdos da corte espanhola, sendo ele defensor do oralismo (desenvolvimento da fala) para aqueles conhecidos como surdos-mudos. Em 1620, publicou o livro *“Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos”*, que é uma das primeiras referências que temos do uso do alfabeto datilológico difundido por vários países e dando origem aos atuais alfabetos manuais (POVH, 2013).

Mais de um século depois, em 1729, surge a primeira escola pública na Alemanha, baseada nas ideias de Samuel Heinicke, conhecido como fundador do oralismo, que, além de defender o ensino da língua oral, rejeita totalmente a língua de sinais como possibilidade de integração do surdo à sociedade. Na mesma época, o abade Charles Michel L’Epée, era contrário às ideias de Heinicke e utilizando a abordagem denominada “gestualista”, cria, em 1760, a primeira escola pública para surdos, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. Este instituto de L’Epée marca historicamente a educação dos surdos, reconhecendo a necessidade do uso da língua de sinais como ponto de partida para o ensino dos surdos.

Ainda segundo Povh (2013), apesar de todos os avanços obtidos por L’Epée e outros pesquisadores seguidores da sua ideia, no século XIX, a corrente oralista ganha força influenciada pelos avanços da medicina. O II Congresso Internacional de Ensino Surdos-Mudos, que aconteceu em Milão (entre 6 e 11 de

Setembro de 1880), reuniu vários representantes dos países da Europa e América, em sua maioria professores, partidários do oralismo e contrários aos interesses dos surdos, e teve como decisão a proibição da língua de sinais, submetendo obrigatoriamente os surdos ao oralismo por mais de cem anos.

Na década de 1960, o linguista norte-americano William Stokoe, sistematiza os estudos científicos referentes à Língua de Sinais Americana – ASL e conclui ser uma língua com os mesmos elementos que as línguas orais, conferindo à língua de sinais a condição de Língua. Este fato trouxe uma nova concepção de surdez relacionada ao potencial, à experiência visual, à diferença linguística e cultural de acordo com os indicadores apontados por Povh (2013):

Os surdos formam uma comunidade linguística minoritária caracterizada por compartilhar uma língua de sinais e valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios; a comunidade surda não leva em consideração o grau de perda auditiva de seus membros; a participação na comunidade se define pelo uso comum da língua de sinais. (p. 12)

Entre 1960 até a década de 1990 foram muitas lutas e pesquisas para definir a comunidade surda como uma sociedade fundamentada em princípios democráticos e pela consolidação dos direitos humanos. Dois momentos importantes para incluir esta comunidade minoritária à comunidade dos ouvintes, foram “A Conferência Mundial de Educação para Todos” (Tailândia,1990) e a Declaração de Salamanca (Salamanca,1994), e ambas defendiam a escola inclusiva como espaço ideal para a aprendizagem de toda e qualquer criança.

2.2.1 Processo de Reconhecimento Histórico da Surdez

Nos “estudos surdos” encontra-se as duas referências acima descritas na história da educação dos surdos: Charles L'Epée como defensor do aprendizado da língua de sinais de forma que todos os surdos pudessem ler e escrever independente da sua condição social; e o Instituto Nacional de surdos-mudos de Paris que, além de reconhecer a importância da língua de sinais na educação dos surdos, defende que os profissionais tenham formações nas

diferentes áreas que constituem a “cultura surda” e defendida até hoje, tais como literatura, escultura, pintura, teatro, artes gráficas e etc.

Professores seguidores de L'Epée difundem sua metodologia para educar surdos em vários outros países da Europa e também no continente americano. É dessa forma que o professor surdo H. Huet chega ao Brasil e, influenciado pelo Instituto de Paris e com o apoio do imperador Dom Pedro II, funda, no ano de 1857, a primeira escola para meninos surdos: o Instituto Imperial para Surdos Mudos, atualmente denominado INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos, situado no Rio de Janeiro (POVH, 2013).

Assim, o entendimento da língua de sinais como primeira língua para os surdos, a possibilidade de formação de comunidades surdas, o reconhecimento da importância de professores surdos para crianças surdas, a disseminação de escolas para surdos por todo o mundo, bem como os bons resultados acadêmicos e a atual existência de uma grande quantidade de produção artística e científica de qualidade pelo surdos, são resultado do trabalho desenvolvido por Charles L'Epée e que resultaram em conquistas educacionais e sociais ao longo de quase um século.

O próximo tópico discorre especificamente sobre a Língua de Sinais no Brasil, que embora reconhecida pela Lei 10.436 de abril de 2002, somente três anos mais tarde tem oficializada sua amplitude com o reconhecimento da identidade surda, o bilinguismo, a inclusão dos surdos nas escolas públicas e também a formação do Intérprete e Tradutor de Libras, com o Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, períodos contemplados pela discussão dos resultados dos censos recentes aqui abordados.

2.2.2 A Língua de Sinais no Brasil

Segundo Rodrigues e Valente (2012), no Brasil esta luta pelo ensino, pela identidade surda e pela língua oficial, não foi diferente, houve também três linhas de abordagens: a primeira, nos anos de 1960 e 1970, chamada de oralismo, cuja abordagem enfatizava a fala e a amplificação da audição, rejeitando de maneira explícita e rígida a língua de sinais. A segunda, comunicação total, foi a proposta oralista transformada e consolidada como uma filosofia educacional, houve muitas versões e teve por finalidade ensinar a língua oficial do país, ou seja, a língua

portuguesa. E por fim, a terceira abordagem e a mais importante para os surdos, o bilinguismo, iniciado na década de 1980. Ele considera que a língua oral não preenche todas as funções comunicativa, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visual-sinalizada desde tenra idade, possibilitando ao surdo o preenchimento das funções linguísticas que a língua oral não preenche. As línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como do aprendizado da língua oral.

A língua de Sinais Brasileira, como qualquer outra língua colonizada, sofreu rompimento da língua Francesa e acabou se mesclando à língua já existente no Brasil, originando a Libras, a qual difere em muitos aspectos da língua que lhe deu origem. Por esta razão a Libras pode ser chamada de língua natural, pois ao longo dos anos ela evoluiu como qualquer outra língua. Ambas nasceram para suprir uma necessidade de comunicação, a diferença reside no canal de recepção e nos meios de produção. Uma é a “língua falada” (oral-auditiva), ou seja, utiliza a audição e a articulação através do aparelho vocal para compreender e produzir os sons que formam as palavras dessas línguas, enquanto que a outra é a “língua sinalizada” (visual-espacial), ou seja, utiliza a visão e o espaço para compreender e produzir os sinais que formam as palavras nessas línguas. Tanto a língua falada como a língua sinalizada podem ter uma representação escrita, chamadas de representações na modalidade gráfico-visual.

De acordo com Bernardino (1999), a Libras é considerada uma importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas do conhecimento, propiciando não apenas a comunicação do surdo com o ouvinte, mas também com o surdo, desempenhando a função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social. A relação do surdo adulto com a criança surda, permitindo uma construção de identidade, é de grande valor, pois para criança surda, um adulto surdo ou uma pessoa ouvinte que domina Libras é um modelo.

Conforme já visto, a origem da Língua de Sinais Brasileira veio da França, por influência de Harnest Huet, surdo Francês, que chegou ao Brasil em 1856, a convite de D. Pedro II, eles fundaram o INES (Instituto Nacional de Educação para meninos surdos), inaugurado no dia 26 de setembro de 1857. Atualmente esta data é comemorada no Brasil, como “Dia Nacional dos Surdos”. Devido às mudanças de nomes ocorridas na história deste Instituto e sua

consequente influência na formulação de conceitos sobre os surdos, principalmente no que diz respeito a alteração da nomenclatura de surdo-mudo para surdo, segue um resumo da história deste Instituto de grande importância para os surdos brasileiros.

Este estabelecimento começou a funcionar na mesma data em que foi publicada a proposta de ensino apresentada por Huet, que continha as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios. No seu percurso de quase dois séculos o Instituto respondeu pelas seguintes denominações:

1856/1857 – Collégio Nacional para Surdos-Mudos

1857/1858 – Instituto Imperial para Surdos-Mudos

1858/1865 – Imperial Instituto para Surdos-Mudos

1865/1874 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos

1874/1890 – Instituto dos Surdos-Mudos

1890/1957 – Instituto Nacional de Surdos Mudos

1957/atual – Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

No ano de 1957 foi realizada a mudança mais significativa de suas denominações, da palavra *Mudo*, pela palavra *Educação*, mudança que refletia o ideário de modernização da década de 1950, no Brasil, no qual o Instituto, e suas discussões sobre educação de surdos, também estava inscrito. Em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e mesmo em países vizinhos, por muito tempo o INES recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior, configurando-se numa Instituição de referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos.

A língua de sinais praticada pelos surdos no Instituto, de forte influência francesa, em função da nacionalidade de Huet, foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus Estados quando do término do curso. Outra ação importante para a difusão dessa língua em território brasileiro deu-se no ano de 1875, ocasião na qual o ex-aluno do Instituto, Flausino José da Gama, desenha o livro “Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos” com cópias distribuídas para várias localidades do Brasil. A intenção principal era a de divulgar o meio pelo quais os surdos se comunicavam.

Nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia além da instrução literária, o ensino profissionalizante. A terminalidade dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício. Os alunos frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e também artes plásticas. As oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato. Por muito tempo o trabalho realizado na gráfica do Instituto, pelos surdos, foi referência no Rio de Janeiro recebendo encomenda de encadernação de quase todas as instituições públicas e particulares nas primeiras décadas da República (POVH, 2013).

As questões relativas ao ensino para alunos surdos sempre foram objeto de muita polêmica, situação essa agravada pelos resultados do Congresso realizado em Milão em 1880, os quais indicaram a aquisição de linguagem oral pelos surdos como o modo mais adequado de educá-los. Essa indicação foi muito criticada por alguns professores e alunos que reconheciam a importância e a legitimidade da comunicação sinalizada. A principal crítica que se fazia aos processos de aquisição de língua oral era de que ela demandava um tempo enorme de treinamento da fala e dos resíduos auditivos, concorrendo com a escolarização formal que ia sendo abandonada pela importância que era dada à expressão pela palavra oral. Os incipientes resultados dessa perspectiva para a educação dos surdos, que demandavam ensino público de massa, estimularam o surgimento, em meados da década de 1980, de um movimento transnacional, contando com acadêmicos, profissionais da área da surdez e dos próprios surdos no sentido de apontar outros caminhos para a sua escolarização e socialização.

Com apoio de pesquisas realizadas na área da linguística que conferiu status de língua à comunicação gestual entre surdos, esse movimento ganha corpo. Já no final dos anos 80, no Brasil, os surdos lideraram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Em 1993, um projeto de Lei da então senadora Benedita da Silva deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da Libras, em âmbito federal. O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), único em âmbito federal, segue ocupando importante centralidade nessas discussões, promovendo fóruns de debates, publicações, seminários, pesquisas e assessorias em todo território nacional. Possui uma vasta produção de material pedagógico, fonoaudiológico e de vídeos em língua de sinais, distribuídos para os sistemas de ensino.

Atualmente além de oferecer no seu Colégio de Aplicação, Educação Precoce (de zero a três anos), Ensino Fundamental e Médio, oferece também Ensino Superior através do Curso Bilíngue de Pedagogia, experiência pioneira na América Latina.

Outro fato histórico que não se pode deixar de mencionar é a criação da FENEIS. Com o passar do tempo, sentiu-se a necessidade de fundar uma organização nacional que atendesse a todas as pessoas surdas do país. Como resultado da reunião de várias entidades que já trabalhavam com essa temática, em 1977 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos - FENEIDA. Entretanto a representatividade dos surdos estava comprometida, pois a nova entidade era composta apenas por pessoas ouvintes.

Como resposta a essa exclusão, em 1983, a Comunidade Surda criou uma “Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos”, um grupo não oficializado, mas com um trabalho significativo na busca de participação nas decisões da diretoria da FENEIDA. Até então esse direito lhes era negado por não se acreditar na capacidade de que poderiam coordenar uma entidade. Mas não demorou muito e devido à grande credibilidade adquirida, a Comissão conquistou a presidência da FENEIDA, e em 16 de maio de 1987, durante sua Assembleia Geral, a nova diretoria reestruturou o estatuto da instituição, que passou a se chamar Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS.

A FENEIS, incentivada pela Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência - CORDE, do Ministério da Justiça, iniciou a realização de convênios para a inserção de surdos no mercado de trabalho. O primeiro deles foi assinado com a DATAPREV, posteriormente, vieram outros que hoje empregam mais de seiscentos surdos. A FENEIS se orgulha do trabalho que vem realizando com os seus escritórios regionais e o seu quadro de filiadas que, caminhando juntos, vão desenhando novos cenários em prol do desenvolvimento da comunidade surda.

Outra importante conquista foi a promulgação da Lei 10.436 de 2002, o “Estatuto Linguístico da LIBRAS”, que homologa e consolida Libras reconhecendo sua condição de estrutura linguística composta de todos os componentes pertinentes às línguas convencionais como gramática semântica, pragmática sintaxe e outros elementos, preenchendo assim, os requisitos científicos

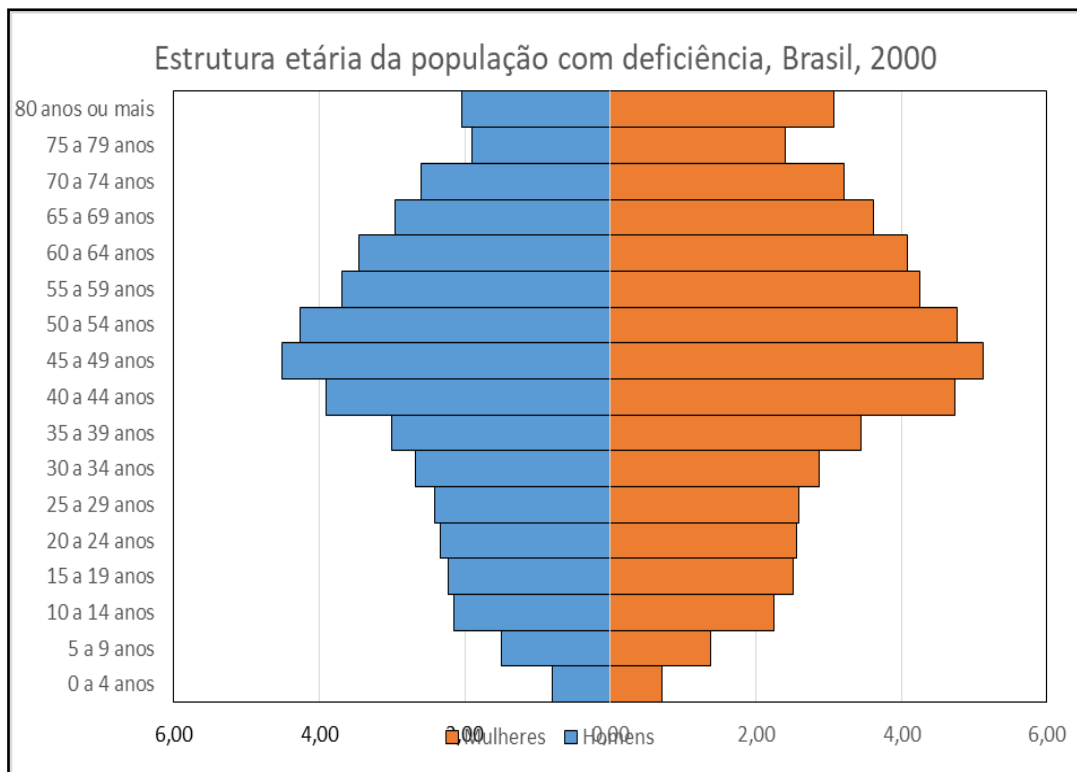
para ser considerada instrumental linguístico de poder e força. Esta língua deve ser considerada a língua primeira dos surdos.

Todo progresso acerca do sistema linguístico da Libras não apaga as barbáries realizadas contra a pessoa com surdez seja no passado seja na atualidade. Se no passado buscava-se uma cura para uma doença não existente, hoje, busca-se incluí-lo no mundo educacional como alguém que precisa aprender o sistema linguístico oral, desconsiderando a complexidade da língua e utilizando a língua de sinais apenas como uma forma de se ensinar a Língua Portuguesa.

2.2.3 A Surdez nos Censos Demográficos 2000 e 2010

Para esta sessão, serão utilizados dados secundários dos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010, extraídos dos resultados fornecidos pelo IBGE através do site SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), com fim de mapear as informações e cruzar ambos os resultados para uma análise da evolução ou decréscimo da população declarada deficiente e deficiente auditiva.

GRÁFICO 1 - Estrutura etária da população com deficiência, Brasil, 2000

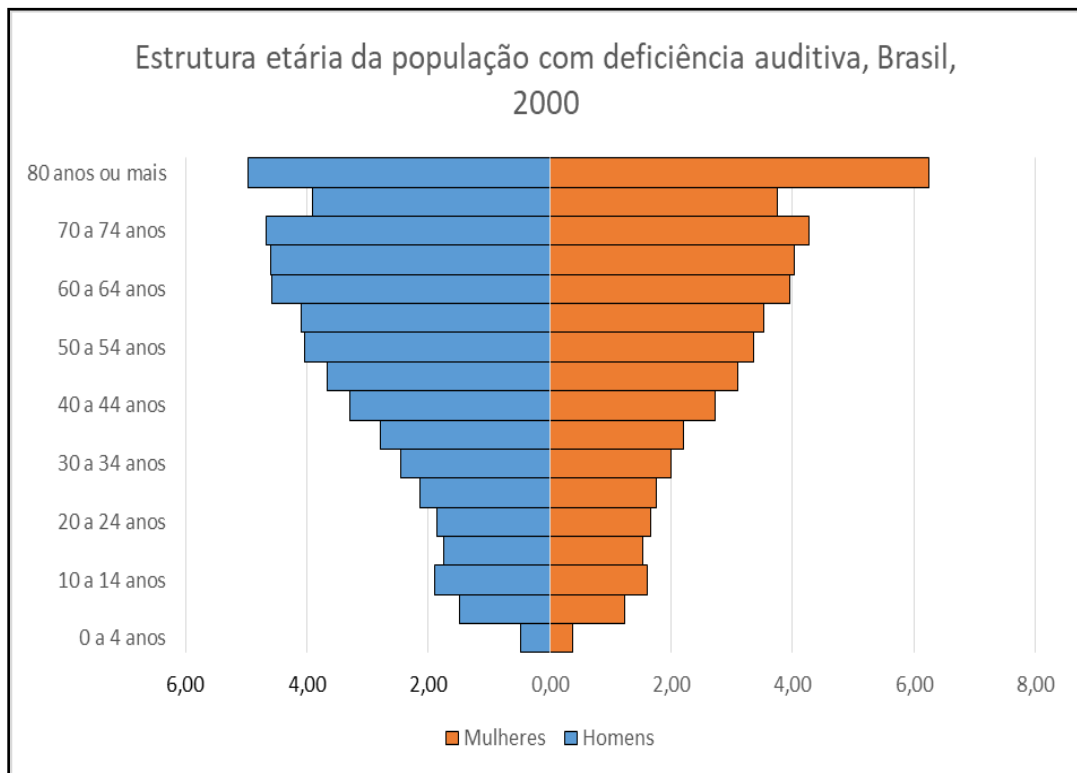


Fonte: Censo demográfico de 2000, IBGE

O GRÁFICO 1 mostra a população declarada portadora de alguma deficiência, separada por sexo e faixa etária. Observa-se que a maior quantidade de PcD's encontra-se entre os 45 e 49 anos. Quanto menor a idade, menor o número de portadores de deficiência e, embora haja um aumento expressivo de deficientes declarados após os 80 anos (principalmente entre as mulheres), a proporção ainda é inferior à chamada “meia-idade”. Note-se também que, apesar da diferença não ser muito significativa, o número de mulheres portadoras de deficiência é maior.

GRÁFICO 2

Estrutura etária da população com deficiência auditiva, Brasil, 2000



Fonte: Censo demográfico de 2000, IBGE

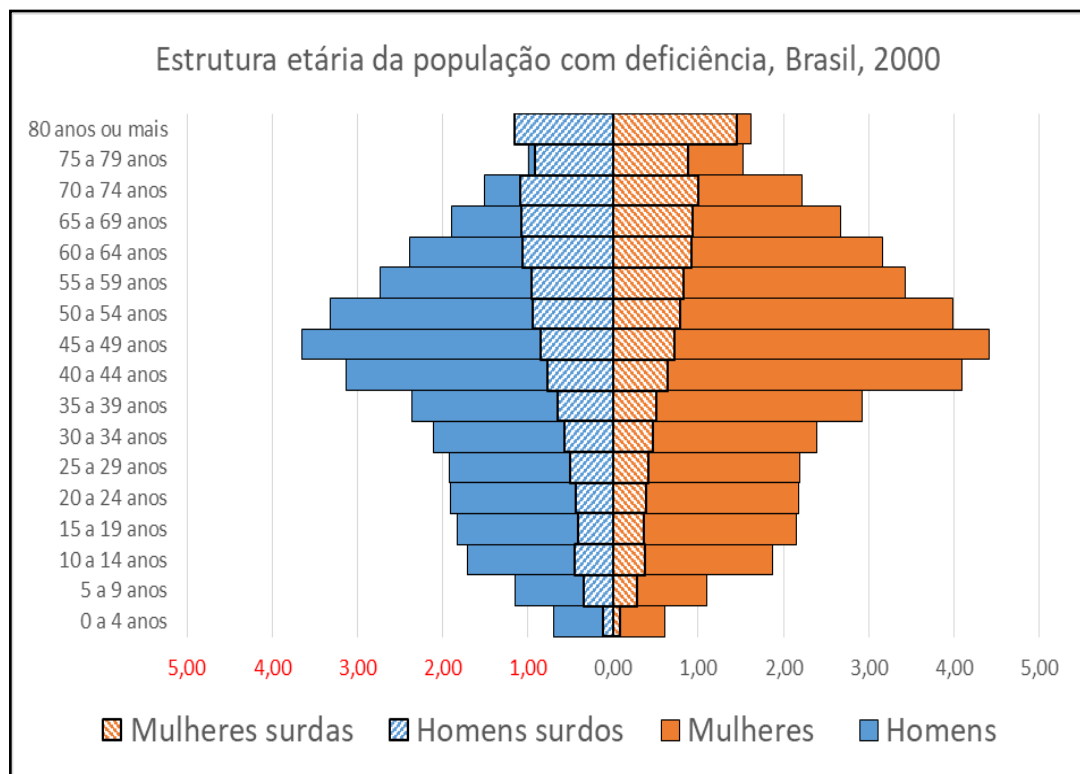
Dando continuidade, o GRÁFICO 2 revela especificamente as pessoas que se declararam deficientes auditivas.⁵ Importante destacar o relevante

⁵ Lembrando que, como já explicado anteriormente, a expressão “deficiência auditiva” utilizada faz parte do formato dos quesitos quando da aplicação dos Censos Demográficos aqui relacionados, não fazendo parte da discussão atual sobre a surdez ser ou não uma deficiência. Para fins de clareza na apresentação dos dados, a presente pesquisa utilizará dos mesmos termos encontrados nas fontes consultadas, neste caso, o site SIDRA, do IBGE.

aumento de pessoas surdas conforme o avançar da idade, novamente tendo o sexo feminino com maior predominância. Fica evidente a possibilidade de contrair a surdez como consequência do envelhecimento natural e/ou de doenças contraídas ao longo da vida e que podem afetar o aparelho auditivo. No entanto, não se pode ignorar que há um número considerável de declaração de surdos com idade até 24 anos, com grande chance de se tratar de surdos desde a infância.

Para cruzar as informações dos quadros anteriores, apresenta-se o GRÁFICO 3, com a combinação dos resultados sobrepostas. É perceptível que as respostas fornecidas pelos entrevistados do Censo 2000, se diferem em proporção quando se considera o total geral das deficiências declaradas em comparação com as deficiências auditivas.

GRÁFICO 3 - Estrutura etária da população com deficiência total e com deficiência auditiva, Brasil, 2000



Fonte: Censo demográfico de 2000, IBGE

Embora haja um aumento nas declarações de surdez conforme há o aumento da idade, este aumento específico não fica tão evidente quando considerado junto às deficiências gerais. Este fator pode ser relevante quando

comparado às mesmas variáveis do Censo 2010, conforme proposta sequencial desta pesquisa.

Outro aspecto a ser abordado com maior profundidade é a proporção de pessoas que se declararam portadoras de alguma deficiência e especificamente aquelas com deficiência auditiva no âmbito da Unidade da Federação (Estado) Paraná e nas cidades de Curitiba e Londrina. Curitiba é a capital do Estado do Paraná, e por isso mesmo cidade com maior concentração populacional do Estado, sendo seguida em número por Londrina. A Tabela 2 expõe em números absolutos e em percentuais o total da população, a população declarada deficiente e a que possui deficiência auditiva nas três esferas citadas acima. Note-se que o percentual de deficientes auditivos do quadro está relacionado ao total da população com deficiência declarada em cada âmbito. Outra informação que a Tabela 2 permite levantar é a diferença dos resultados entre os Censos de 2000 e 2010.

Uma ressalva que se faz a estes resultados apresentados é na diminuição considerável do percentual de deficientes auditivos em todas as esferas. Embora o valor absoluto tenha crescido de 2000 para 2010, a proporção de crescimento não representa um aumento proporcional tão sugestivo. Retorna-se às possibilidades de influência por parte do modo como o quesito foi construído, mas conclui-se ser este um indicativo da necessidade de maior aprofundamento na interpretação dos dados e também de entrevistas que possam revelar a causa deste dado sinalizador.

Tabela 2 – Deficientes declarados e Deficientes Auditivos nos Censos Demográficos 2000/2010 – Paraná, Curitiba e Londrina

	Paraná		Curitiba		Londrina	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Popul. Total	9.564.643	10.444.526	1.587.315	1.751.907	447.065	506.701
Popul. Deficiente	1.297.877	2.280.548	190.393	354.964	50.511	109.642
Def. Auditivos	312.476	515.949	47.517	79.184	13.805	25.463
Popul. Def. (%)	13,57	23,91	11,99	22,52	11,3	18,37
Def. Auditivo (%)*	24,08	22,62	24,96	22,31	27,33	23,22

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

*percentual calculado sobre total da população deficiente

Busca-se com estes exemplos, demonstrar o caminho a ser percorrido no decorrer desta pesquisa, com o cruzamento de demais dados a serem levantados com fins de exercer uma análise relevante e prosseguir com o desafio de relacionar tais dados a outros concernentes à migração.

3 COMUNIDADE SURDA EM LONDRINA

Os registros históricos que tratam da comunidade surda em Londrina estão vinculados à história da educação dos surdos numa perspectiva nacional. Para entender essa relação, é necessário conhecer o processo de desenvolvimento educacional dos surdos pelo qual o Brasil passou durante a década de 1950.

3.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

A mudança anteriormente citada (p. 33) da nomenclatura Instituto Nacional de Surdos Mudos para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), situado no Rio de Janeiro, não se deu de forma isolada, mas antes, fez parte de um programa do Governo de Juscelino Kubitschek em 1957 denominado “Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro”, de acordo com o Decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957, cujo objetivo era erradicar o analfabetismo entre os estudantes surdos, como parte das estratégias desenvolvimentistas deste governo: “Assim, o Governo Federal realizou esse projeto fundamentado em duas ações: a formação de professores, alicerçada em bases científicas, e a descentralização administrativa...” (RODRIGUES; GONTIJO, 2017, p.236)

O INES até então era a única instituição para educação, profissionalização e socialização de surdos no Brasil e países arredores, atendendo surdos também de outras nacionalidades. A campanha fez parte de um projeto maior da educação geral no Brasil, com dados de aumento de dez para 84 escolas entre os anos de 1955 a 1959, como ressalta Rodrigues e Gontijo (2017) e que oportunizaram também a abertura de salas de inclusão para o ensino dos surdos em todo o território nacional, descentralizando o ensino até então único no INES.

Embora com a troca de palavras no nome da instituição a palavra “mudo” tenha sido abolida, o foco dos estudos era oralista, com o intuito de dar “voz” aos cidadãos considerados mudos e que, no entendimento da época, necessitavam da fala para inserir-se no mercado de trabalho e manter a socialização com os demais cidadãos, tornando-os então “pessoas úteis a si mesmas e ao próximo” (RODRIGUES; GONTIJO, 2017, p.5) ou “úteis à Pátria”, conforme o Ofício que encaminhou o anteprojeto de Criação da Campanha:

“Convencida de que esta coletividade de surdos a educar dará, em futuro não muito distante, *cidadãos úteis à Pátria*, a direção do Instituto Nacional de educação de Surdos, com o beneplácito do Senhor Ministro da Educação e Cultura, propugna pela ampliação da rede educativa, na qual os deficientes da audição e da fala possam condignamente situar-se.” (RODRIGUES; GONTIJO, 2017, p.234)

A Campanha teve como propósito fornecer não apenas professores especializados, mas também o “material necessário à abertura e funcionamento de escolas especializadas pelo interior do país” (RODRIGUES; GONTIJO, 2019, p.6), com vistas a ampliação da rede educativa, promovendo a educação desta parcela da população, com índice de sessenta mil surdos conforme dados da época (Ministério da Educação e Cultura, 1957), dos quais uma reduzida percentagem recebia até então uma educação sistemática.

Neste contexto desenvolvimentista da educação no Brasil e, especificamente, com a campanha pela educação de surdos no Brasil, uma história paralela tem início no interior do Paraná, na jovem cidade chamada Londrina⁶.

Relatos divulgados pelo jornal local Folha de Londrina⁷ e pelo portal da Secretaria de Esportes e Educação do Paraná⁸, contam que Rosalina Lopes Franciscão era professora do antigo grupo escolar Benjamin Constant, na região central da cidade, quando percebeu a postura diferenciada de um aluno observador de suas aulas. Ao inquirir sobre ele, não apenas tomou ciência de sua identidade, da sua condição de surdo e do fato de que ele estava na primeira série pelo terceiro ano seguido devido a sua reprovação nas aulas de leitura.

Em 1958 foi nomeada diretora e introduziu uma dinâmica diferente para as provas de leitura do aluno surdo, aplicando ela mesma a prova para este aluno. Dona Rosalina escreve e publica um artigo intitulado “Os mudos também falam” e outras famílias com crianças surdas matriculam seus filhos neste colégio, iniciando uma turma de cinco alunos surdos na sala da diretora.

⁶ Completou 25 anos de fundação no ano em que decorreu o relato que segue.

⁷ <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/iles-falando-a-lingua-da-inclusao-ha-60-anos-2957101e.html>. Acesso: 01/11/2019.

⁸ <http://www.ldainstitutosurdos.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10> Acesso: 10/09/2019.

A preocupação com a educação dos surdos aumenta e, em 15 de agosto de 1959, é fundado o Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES) com o apoio do esposo de Dona Rosalinda, o também professor Odésio Franciscan, e mais algumas pessoas da comunidade, em uma reunião contendo lavratura de ata, eleição e posse da 1ª Diretoria, sendo eleitos o Professor como Presidente e a Professora como Diretora.

Dona Rosalinda vai a Curitiba solicitar ajuda para este primeiro momento do novo colégio e recebe orientações do Delegado de Ensino do Estado, Professor Benedito João Cordeiro, quanto aos procedimentos legais. Em São Paulo, a Diretora consegue auxílio do Professor Jorge Gadig, superintendente do ensino especial naquele estado, que se compromete a estar duas vezes por semana em Londrina para transmitir às professoras seus conhecimentos sobre o ensino a pessoas surdas.

Figura 1

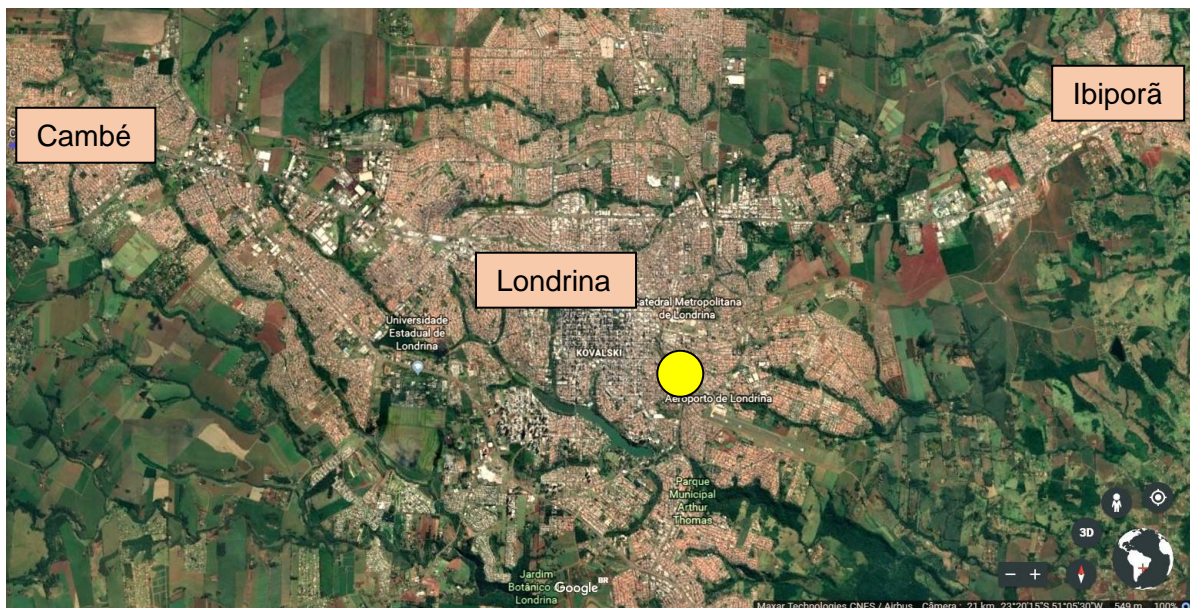




Imagem: Google Earth (Vista aérea)

-  Região da cidade de Londrina onde está localizado o ILES
-  Londrina e cidades vizinhas

Em 1969 o ILES muda-se para uma estrutura própria na zona leste de Londrina, próximo ao aeroporto e recebe um número cada vez maior de alunos (Figura 1). Com o crescimento do número de alunos da escola, chegam em 1973 as Irmãs da Pequena Missão para Surdos para auxiliar técnica e pedagogicamente as

turmas de Educação Infantil e 1ª a 4ª série e, em 1981, a Casa de Formação para moças que ensejam tornarem-se Irmãs no apostolado especial, foi inaugurada ao lado do instituto. A pedido de ILES, em 1984 recebem o Padre Salvador Stragapede para iniciar as atividades do Seminário Pequena Missão para Surdos, com origem em Bolonha, na Itália, cujo relato histórico segue no Quadro 2.

Durante as décadas de 1980 e 1990 o atendimento se expande para além das fronteiras da cidade, em 1998 estende suas classes até o Ensino Médio. Em 2001, o ILES passa a atender a comunidade surda também na área da saúde, através da criação do Centro Audiológico, onde os pacientes são atendidos através de convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), com profissionais de diversas áreas: fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, otorrinolaringologistas e neuropediatras.

Em agosto de 2019 aconteceu um jantar de celebração dos 60 anos do ILES que atualmente conta com 62 alunos matriculados. Alguns deles são atendidos pelo ILES desde os 6 meses de idade. A atual Diretora, Doralice Dias da Silva, explica o atendimento oferecido ainda em idade tenra nas seguintes palavras:

“Em uma criança surda, a estimulação tem que ser precoce porque ela vai conhecer a própria identidade. Na maioria das vezes, os pais dessas crianças são ouvintes e a escola tem o papel de ensinar a língua materna da criança. Ela só terá condições de aprender os conteúdos e disciplinas a partir do momento que ela tem conhecimento em Libras”. (Folha de Londrina)⁹

Dentre os profissionais atuantes hoje no ILES, alguns chegaram crianças, estudaram ali e hoje ensinam. Há relatos também de famílias que vieram a Londrina após tomarem conhecimento desta instituição, para trazerem algum membro surdo para estudar, como é o caso de um dos surdos entrevistados para a pesquisa, conforme descrito adiante.

⁹ Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/iles-falando-a-lingua-da-inclusao-ha-60-anos-2957101e.html>. Acesso: 01/11/2019.

QUADRO 2

A Pequena Missão para Surdos, também conhecida como Missionários Gualandianos teve início com o Padre Giuseppe Gualandi. Em 1849, Pe. José fica impressionado com o comportamento diferente de uma moça surda durante a realização da Primeira Comunhão (rito católico de iniciação à participação na Ceia do Senhor) de um grupo de crianças e jovens do qual a moça fazia parte, durante uma missa que o Pe. Gualandi ajudou a officiar. Preocupado com o preparo da moça para a Primeira Comunhão, questiona sobre como os surdos daquela cidade e do mundo conhecerão a Mensagem do Evangelho e entende que deve iniciar este Ministério, fundando a Piccola Missione per i Sordomuti (Pequena Missão para surdo-mudos). Durante o século 20, a Pequena Missão se expande por outras regiões da Itália e atualmente encontra-se presente na Itália, Brasil, Filipinas e República Democrática do Congo. O primeiro Seminário de formação da Pequena Missão foi iniciado em 1884, em Roma, e a segunda unidade chegou ao Brasil cem anos depois, em Londrina, no ano de 1984. Em 1996 também em Campinas uma unidade é iniciada, todas com fins de preparação de jovens que desejam dedicar suas vidas ao postulado especial. Atualmente, a Pequena Missão para Surdos, no Brasil, conta com cinco unidades, sendo 4 no Estado do Paraná (Londrina - Casa dos Padres e a Casa das Irmãs -, Cascavel e Paranaguá) e 1 em Campinas, no Estado de São Paulo.

Livreto: Padre José Gualandi, Apóstolo dos Surdos, 4 ed.

Pequena Missão para Surdos, Londrina/PR. 1999.



Padre Giuseppe Gualandi



Seminário Padre José e Cesar Gualandi

Fotos: <https://www.piccolamissionesordomuti.it/pt/missioni/missao-de-londrina>

Percebe-se a importância do ILES para a comunidade surda de Londrina e região, bem como da Missão e do Seminário que se estabeleceram devido a existência do ILES, trazendo profissionais e estudiosos que implementaram serviços de suporte à instituição e ao público por ela atendido. Importante também ressaltar a sensibilidade, iniciativa e atuação de dona Rosalinda desde seu primeiro contato com um aluno surdo até os dias de hoje.

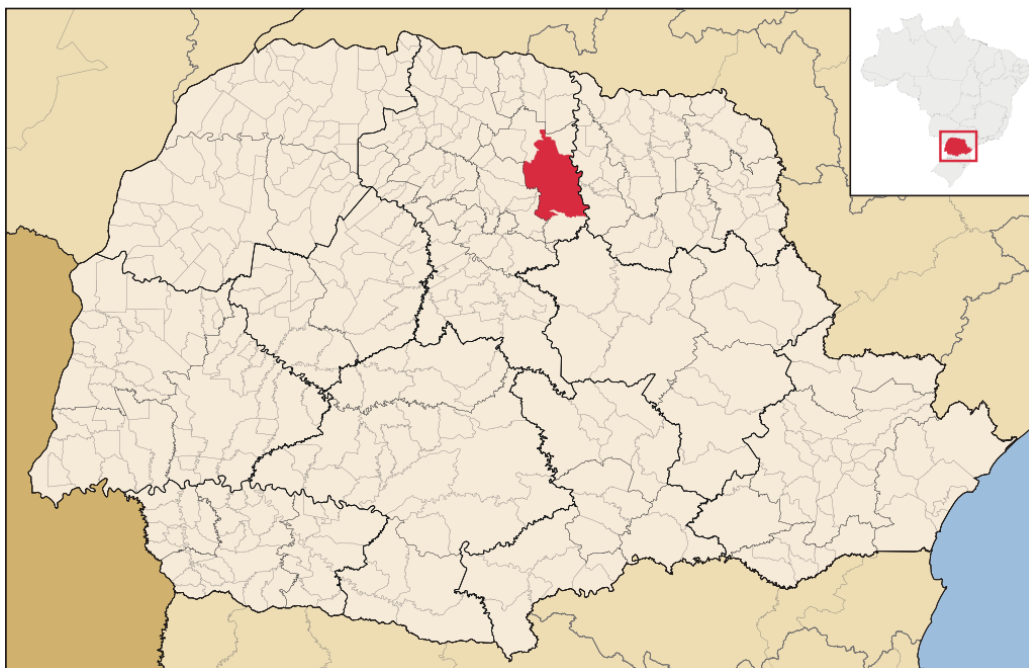
Com o desenvolvimento de todo este trabalho junto aos surdos, a comunidade surda em Londrina cresceu, ampliando também os espaços por ela utilizados, assuntos tratado mais detalhadamente a partir do próximo tópico.

3.2 ESPAÇOS IDENTITÁRIOS DOS SURDOS EM LONDRINA

Situada ao norte do Estado do Paraná (Figura 2) e com data de instalação em 10 de dezembro de 1934, Londrina é a segunda maior cidade do estado possuindo 563.943 habitantes, segundo estimativa do IBGE no ano de 2018, sendo sua área territorial de 1.655,320 km² (IPARDES, 2019).

Figura 2

MAPA - Localização de Londrina no Estado do Paraná.



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu - Image:Parana MesoMicroMunicip.svg, own work, CC BY 2.5, (<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1362278>)

Com quase um quinto do total de sua população tendo se declarado portadora de alguma deficiência no último Censo Demográfico (IBGE, 2010) e com significativo número de declarantes portadores de alguma limitação auditiva (cf. quadro 3), Londrina mostra ser um polo aglomerador de surdos no Estado do Paraná, motivo primeiro pelo qual tornou-se o local desta pesquisa, com fins de esquadrihar os espaços frequentados pelos surdos e entender a dinâmica que atrai esta parcela da população.

QUADRO 3 - POPULAÇÃO CENSITÁRIA DE LONDRINA
SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA – 2010

TIPO DE DEFICIÊNCIA	POPULAÇÃO
Pelo menos uma das investigadas*	109.642
Visual	80.624
Auditiva	25.463
Física e/ou motora	35.853
Mental e/ou intelectual	6.794
Sem declaração	260

FONTE: IBGE - Censo demográfico - Dados da amostra (IPARDES, 2019)

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014.

* A mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência.

A presença do Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES) nesta cidade é outro fator fundamental para a existência da população de número significativo, o que corrobora com a escolha do local de pesquisa, além de outros espaços como a Pastoral dos Surdos e a Associação dos Surdos de Londrina, sobre os quais trataremos mais adiante.

Tão importante quanto o ILES, são os demais espaços tradicionais de encontros de surdos localizados na mesma rua, formando um pequeno centro de atividades de surdos no bairro Jardim Caravelle, região próxima ao Aeroporto de Londrina. Esses espaços são a Igreja e o Oratório de Nossa Senhora do Silêncio e o Seminário Pequena Missão para Surdos (Figura 3). Em um prédio anexo ao ILES, também há o Centro Audiológico, fundado em 2001 e que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS) alunos e pessoas de vinte cidades dos arredores de Londrina.

Figura 3



Imagem: Google Earth

- Seminário - Pequena Missão para Surdos dos Padres Gualandianos de Londrina
- Igreja e Oratório de Nossa Senhora do Silêncio
- ILES - Instituto Londrinense de Educação de Surdos

A igreja e o oratório se destacam como primeira iniciativa no mundo de construir um ambiente religioso totalmente voltado para os surdos. Com projeto arquitetônico específico (formato e acabamento decididos junto a profissionais das áreas de arquitetura, engenharia e som) e doações exclusivas da comunidade local, a construção da igreja está em fase de acabamento internamente (Figura 4), enquanto o oratório já construído recebe visitas de surdos e ouvintes durante a semana para meditação e orações, sendo sua área externa, com um belo jardim, também utilizada para os encontros religiosos (missas) quando necessário.

As missas bilíngues, com a participação de surdos e ouvintes, têm toda sua estrutura litúrgica – Ritos Iniciais, Rito da Palavra, Rito Sacramental e Ritos Finais - realizada na língua portuguesa e com interpretação em Libras simultaneamente. Durante a presente pesquisa, houve a oportunidade de acompanhar uma missa nesta igreja como parte da pesquisa de campo afim de conhecer in loco a dinâmica desta programação religiosa frequentada por surdos.

O espaço utilizado para realização da missa foi o jardim externo porque a igreja, em construção, havia recebido sua pintura interna durante a semana e o cheiro da tinta estava muito forte, evitando, assim, o risco de alguma intoxicação (Figura 5, p.52).

Figura 4



Fachada externa da Igreja Nossa Senhora do Silêncio
Fonte: Arquivo pessoal

A missa observada continha, em sua maioria, pessoas ouvintes, visto que era o final de semana da “Romaria dos surdos à Aparecida do Norte”, e alguns surdos membros desta paróquia participavam da romaria. A troca de intérpretes é constante, a cada mudança de atividade da missa. Durante as canções, os surdos acompanham o intérprete com sinais rápidos, conforme o ritmo e métrica da música. Dentre os surdos presentes na missa, não houve jovens, apenas adultos e uma criança.

A Pequena Missão para Surdos reserva as tardes de sexta-feira para a prática de um dos sacramentos da Igreja Católica que é a confissão dos pecados. Este rito conta com padres surdos e padres ouvintes bilíngues para atender aos surdos desta paróquia e também recebe semanal ou quinzenalmente uma caravana de Arapongas (cidade do interior do Paraná a 36,6 Km de Londrina) trazendo membros da comunidade surda que não têm acesso a padres que dominem a Libras em sua cidade.

Além do ILES, do Seminário e da Paróquia, outros espaços em Londrina permitem estes encontros surdo-surdo e se mostram relevantes nas respostas dos entrevistados. Dentre eles, a Associação de Surdos de Londrina (ASL) que completou 50 anos em janeiro de 2020, é um importante espaço de

encontros, cuja neutralidade permite uma abrangência maior de participantes, pois nele não há diferenciação de posicionamento político ou de credo religioso.

Figura 5



Missa realizada no espaço externo do Oratório Nossa Senhora do Silêncio – Agosto de 2019
Fonte: Arquivo pessoal

A ASL possui cerca de 400 associados e promove eventos variados com fim específico de promover o encontro de surdos da cidade de Londrina e região. Possui uma Diretoria específica com Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-Secretário, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro, Diretor Social, Vice-Diretor Social, Diretor Esporte, Vice-Diretor Esporte, Fiscal e 5 Conselheiros, formada por voluntários. Há uma mensalidade paga pelos associados (surdos e ouvintes simpatizantes da cultura surda) que mantém as atividades básicas da associação e permite aos mensalistas participar das festas corriqueiras sem pagar entrada.

Quando há uma festa mais especial, como a comemoração dos 50 anos da ASL, que ocorrerá em fevereiro de 2020, a entrada acontece através da aquisição de convites antecipados, visto que o aluguel do buffet, decoração e programação da festa serão pagos com a venda dos mesmos. Não há fim lucrativo em nenhuma de suas programações, apenas a promoção de eventos que oportunizem o encontro dos surdos de Londrina e região.

A Associação possui uma característica peculiar que, embora seja a princípio desagradável a seus membros, denota uma persistência admirável, a saber, a ASL não possui um local próprio para seus eventos e encontros. Para a realização de suas atividades, costumam utilizar uma casa ampla de uma surda associada chamada de Casa Terezinha ou, quando precisam de um local maior, alugam salões. As programações são variadas e recebem surdos também de outras cidades cujas comunidades são menores. No último semestre, os encontros foram:

- Festa Julina, 06 de julho
- Festa do cowboy, 14 de setembro
- Dia Nacional dos Surdos, 29 de setembro um encontro no Lago Igapó
- Festa do Hawaii, 30 de novembro

Além destas, há semanalmente o futebol de campo e de salão para surdos, um projeto da ASL em parceria com a Fundação de Esportes de Londrina (FEL).

Também foram citadas outras igrejas que possuem espaço e programação próprios para surdos, porém, as tentativas de contato não foram satisfatórias, com desencontros de horários com as pessoas responsáveis. Sabe-se que são dois ambientes, ambos em igrejas evangélicas da cidade: a Primeira Igreja Presbiteriana Independente, cujo líder é um pastor surdo que dirige este grupo há mais de 8 anos, e a Igreja Nova Aliança, com menos tempo de existência.

Durante a realização desta pesquisa teve início em Londrina um evento organizado pelo Departamento de Educação da UEL, a Semana de Difusão da Cultura Surda, realizada em janeiro de 2019 na Universidade. O sucesso deste evento foi notório e a II Semana de Difusão da Cultura Surda (SDCS) tem data agendada para fevereiro de 2020, com amplitude aumentada pois haverá participação de integrantes da Gallaudet University (EUA), permitindo um caráter internacional ao evento (por isso a mudança do nome para SIDCS – Semana Internacional de Difusão da Cultura Surda), além de contar com importantes nomes de palestrantes, surdos e ouvintes, ligados aos estudos surdos, com diversos livros publicados na área, inclusive com lançamentos de livros agendados para acontecerem durante o evento, além de minicursos, publicação de artigos da área e apresentações culturais em Libras.

Em setembro de 2019, uma Mesa de Debates aconteceu também na Universidade Estadual de Londrina (UEL) como preparação para a SIDCS. Neste evento, cinco palestrantes explanaram sobre o tema “Educação: as dificuldades e vitórias dos surdos em uma perspectiva inter-geracional”, relatando experiências pessoais em suas graduações/pós-graduações e como lidaram com situações diversas. O evento contou com cerca de 60 participantes entre surdos e ouvintes.

A ressalva feita por todas as palestrantes com relação à identidade surda está no aprendizado e uso da Libras como L1, como língua materna. Questionadas sobre como se dá a integração dos surdos, o acolhimento nos grupos e o que marca os espaços surdos identitariamente, a resposta apresentada por uma das entrevistadas e confirmada pelas demais, mais uma vez, é o aprendizado e uso da Libras.

A realização de um evento internacional como este, além dos espaços anteriormente apresentados, confirma a cidade de Londrina como importante polo de surdos e justifica a presente proposta de conhecer a população surda residente nesta cidade, o que segue nos relatos das entrevistas no próximo tópico.

3.3 SURDOS EM LONDRINA – ESPAÇOS E PROGRAMAÇÕES

Para garantir o sigilo quanto à identidade dos entrevistados, optou-se por nomeá-los na presente pesquisa como E1, E2 e E3, sendo a letra “E” escolhida por ser a primeira letra da palavra “entrevistado”, além do uso da ordem cronológica da realização das entrevistas de cada surdo como parâmetro para os números 1, 2 e 3 utilizados. As informações pessoais coletadas estão presentes no Quadro 4.

Um aspecto evidenciado nas transcrições aqui realizadas de partes das falas ocorridas durante as entrevistas é a dinâmica da tradução simultânea (quando o tradutor profere em língua portuguesa ao mesmo tempo o que está sendo dito pelo surdo em Libras), demonstrada na impressão de que a fala é de uma pessoa gaga ou com dificuldade de encontrar a palavra certa, pois o intérprete busca a palavra ou expressão que melhor define o que o surdo está sinalizando, e isto em tempo real, muito rápido. Neste contexto, não é raro a intérprete fazer uso da

terceira pessoa ao se referir à fala da pessoa entrevistada, evidenciando sua presença no diálogo, embora não responda as questões por si própria pois se atém às respostas dos surdos. Também é importante explicar que a estrutura das frases em Libras, com característica espacial, difere significativamente da estrutura linear da língua portuguesa, acarretando em provável estranheza pelo leitor ouvinte devido à formação diferenciada das frases. Ressalta-se que tal aspecto não traz prejuízo à pesquisa pois não altera o sentido das respostas e sua compreensão.

QUADRO 4: CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

	Idade	Sexo	Naturalidade	Instrução/Área	Tempo de residência em Londrina	Motivo que o trouxe à Londrina	Migração para Londrina	Motivo da surdez
E.1	52 anos	F	Carlópolis/PR	Pós-Graduação (Educação: Pedagogia / Letras-Libras)	45 anos	Busca por melhor tratamento médico	Familiar	Meningite
E.2	50 anos	F	Cambará/PR	Graduação (Pedagogia)	44 anos	Para estudar no ILES	Familiar	Ausência de médico durante o parto
E.3	Não informado	M	Brasília/DF	Graduação (Teologia / Filosofia)	2 anos e 9 meses	Trabalho - Escolha do superior	Individual	Mãe contraiu rubéola

Fonte: o próprio autor

Uma informação interessante observada na fala dos três entrevistados é o fato de que todos exercem o ensino de Libras para surdos e ouvintes, dependendo do grupo atendido, seja de forma remunerada ou não. Se há o ensino, há demanda de aprendizagem, uma procura que nos permite pensar que há um aumento de entendimento da necessidade de conhecer e aprender essa língua. Um estudo específico pode evidenciar o crescimento na valorização da Libras pela sociedade.

Outra realidade a ser destacada é a importância de se estudar os movimentos migratórios dos surdos em Londrina, visto que os três entrevistados participantes são exemplos de surdos que vieram de outras cidades/estados do país, assim como uma das palestrantes da Mesa de Debates também evidenciou ter vindo a Londrina devido a existência do ILES. Esta não é uma realidade presente nos

resultados desta pesquisa apenas, mas também encontra-se nos estudos de Bertolucci (2018, p.16), a evidência de que

“... um filho que nasce ou adquire a deficiência, ao longo de seu ciclo de vida, pode levar a família a migrar, transplantar seu espaço de vida para localidades em que ele encontre consolidada uma rede de serviços inerentes a sua deficiência, tais como: saúde especializada, reabilitação, educação especial, tecnologia assistiva e outros.”

Cada pessoa e família possui sua experiência de reação à existência de uma deficiência e cada tipo de deficiência demanda impactos diferenciados. É plausível conceber ser a deficiência um motivo de movimentação migratória e especificamente de migração de surdos que procuram ser protagonistas de suas vidas ou de famílias que buscam atender às necessidades dos seus filhos, proposta evidenciada também em Baltar, Baltar e Vieira (2018) que observa a “invisibilidade” da dimensão da deficiência nos estudos migratórios.

No caso dos entrevistados, E1, cuja surdez ocorreu devido à meningite contraída em sua tenra infância, especifica que veio à Londrina aos sete (7) anos de idade, junto à sua família, em busca da possibilidade de haver melhor tratamento médico para sua condição. Com relação a E2, cuja surdez foi decorrente da situação vivida durante seu nascimento, sua chegada na cidade aconteceu quando tinha seis (6) anos de idade, especificamente para estudar no ILES. Por fim, E3, com surdez decorrente da rubéola da mãe, está em Londrina a menos tempo pois sua vinda tem objetivos diferentes dos demais, tendo sido a Pequena Missão para Surdos sua razão principal, para estar junto aos demais surdos e desenvolver ali seu trabalho. Motivos diferentes, mas com uma localização coincidente que motivou seus deslocamentos e tendo a surdez como uma condição de suas existências que os impulsionou ao movimento migratório em busca do atendimento aos seus anseios.

Outro realce que se faz com relação aos entrevistados, diz respeito ao fato de que cada um exerce seus relacionamentos em ambientes que lhes são peculiares e embora em alguns momentos possa haver convergência de diferentes grupos de surdos, ocasionando o encontro dos entrevistados, tomou-se o cuidado de que os participantes da pesquisa pertencessem a grupos de surdos que frequentam diferentes espaços dentro da comunidade geral de Londrina, a fim de

abranger um número maior de espaços frequentados pelos surdos, cada qual apresentado na sequência.

3.3.1 ILES

Na fala dos entrevistados, embora não haja questões específicas na entrevista semiestruturada a respeito da escola ser ou não bilíngue, a importância do ILES se faz notória. O participante E2 é um exemplo pois mudou-se com sua família no início da sua infância para Londrina com fins de estudar no ILES. No caso de E1, suas respostas destacam a escola como um atrativo em Londrina para famílias de surdos de outras cidades. Respondendo sobre as oportunidades que Londrina oferece aos surdos ela diz:

*“A cidade tem oportunidades diversas, tem escola, tem trabalho, tem empresas que sempre pegam pessoas surdas para trabalhar, também tem cursos para surdos, alguns projetos que ajudam que atendem surdos... então, tem bastante coisa aqui em Londrina, por isso que os outros gostam de viver aqui por causa das oportunidades de trabalho, de cursos, tem diversas coisas. Também tem o ILES que é a principal coisa, a escola de surdos. Nos outros lugares não tem e aqui tem. Ela também acredita que o ILES é muito importante para o surdo, porque é um ponto de referência na cidade da educação surda, aqui então é uma referência de muitos anos, essa escola de surdos”.*¹⁰

Em determinado ponto da entrevista, E1 afirma que, quando criança, não conhecia outros surdos e nem surdos adultos e por isso entendia que ela era a única surda no mundo. Em sua trajetória de vida, vem com a família a Londrina em busca de tratamento médico (a família pretendia curá-la da surdez) e acaba por conhecer o ILES, que retrata ser uma referência para a criança surda. Em suas palavras:

“... ele (o ILES) é mais voltado para a educação, conhecimento, desenvolvimento, né, do intelecto, as séries... Mas também tem, no meu

¹⁰ Recuo e itálico utilizados em todas as transcrições de fala dos entrevistados.

tempo, por exemplo, não tinha Libras, agora criança surda já vai para escola, já aprende Libras porque tem um professor surdo que é um modelo para ele... então a criança já vai crescer fluente. Então ILES é importante para aquisição da linguagem também, da Libras, a Libras L1”¹¹.

Percebe-se nestas falas que o ILES, uma instituição voltada exclusivamente para a educação de surdos, constitui um espaço fundamental para a manutenção da comunidade e cultura surda de Londrina e região.

3.3.2 Pequena Missão para Surdos

Em sua programação semanal, a Pequena Missão para Surdos oferece diversas atividades para seus participantes, sejam surdos ou ouvintes, mas sempre adaptando às necessidades dos surdos. Nas palavras de E3:

“Então, aqui a programação dos surdos, o mais principal é o quê? Evangelização, ensinar a catequese, conhecer a palavra de Deus, participar da missa, adaptar própria para eles, por exemplo, tem agora o Curso Consagração à Nossa Senhora para os surdos participar. São quatro surdos, aprendeu o comando, aí depois faz consagração. A diferença com ouvinte é que ele faz o mesmo curso, mas foi adaptado junto com Libras própria, e também tem um grupo que pode perguntar à vontade, sem vergonha, livre. (...) A gente ajuda, responde e também é, por exemplo, tem um grupo que é... é para participar da liturgia. Alguns vieram no passado, participaram, conheceram liturgia, como é a missa, o significado, toda a história. Em 2017 criamos um grupo, Acólito, este sinal (faz o sinal com as mãos), com um grupo de meninos que ajudam a igreja, né, as vestes igual coroinha. Então aqui tem a missa sempre, tem o curso, a formação, tem estudo, tem catequese, tem vários.”

¹¹ Expressão usada para definir a primeira língua aprendida, como língua materna: L1 = Língua Primeira.

Uma programação extensa e variada, com diferentes tipos de participação, que oportunizam não apenas a surdos, mas também a ouvintes – sejam eles familiares dos surdos ou simpatizantes da cultura surda – mesclando o uso das duas línguas (Língua Portuguesa e Libras) de forma equilibrada e democrática.

Comentando sobre a faixa etária dos surdos que frequentam as missas, E3 destaca a diminuição do número de jovens surdos nessa paróquia, e quantifica:

“Tem mais ou menos 3 ou 4 o surdo jovem que participa. Tem um tem 16 anos, o outro tem 18 né, tem duas tem de 20 anos”.

Ele justifica o baixo número de jovens devido a moradia ser distante, ou por estarem se dedicando aos estudos, ou mesmo por terem mudado suas escolhas religiosas e estarem frequentando grupos que pertencem a igrejas denominadas evangélicas. Dessas, algumas recebem surdos regularmente e mantêm programações e eventos pertinentes aos surdos, porém, os contatos realizados por mim com fins de estabelecer novos diálogos, coletas de informações e possibilidade de novas entrevistas com participantes destes lugares, não foram a contento devido a agenda de viagem dos responsáveis pelos grupos ou ainda por desencontros de horários entre pesquisadora e entrevistado.

Retornando à missa, o momento dos testemunhos e pedidos de oração é utilizado por surdos e ouvintes que se dirigem até a frente (o altar) e, voltados para o público geral, compartilham a razão das suas preces. Neste momento, uma surda apresenta sua gratidão pelo fato do filho ter sido aprovado no vestibular para sua graduação em Medicina. A criança surda presente também segue até o altar onde apresenta seu pedido pela Amazônia, mencionando o período de queimadas de grande proporção na região cuja repercussão se estendeu internacionalmente devido à grande devastação causada.

Percebe-se aqui que os surdos estão em um espaço que lhes pertence, do qual fazem parte intrinsecamente e se reconhecem pertencentes a ele, onde se expressam livremente através da Libras, atuando como participantes da sociedade, com sua identidade respaldada neste espaço de encontro e significado, ecoando a representação de Perlin: “O encontro surdo-surdo é essencial para a

construção da identidade surda, é como abrir um baú que guarda os adornos que faltam ao personagem". (p.54)

Durante a entrevista E3 explica, ao ser inquirido pela pesquisadora, como acontece a confissão com a pessoa surda:

"Por exemplo, tem alguma paróquia que eu conheço que tem grade, aí, quando é surdo, bate, o padre sai para ver, aí explica: "surdo" e mostra o papel (onde estão escritos os pecados cometidos) aí confessa com o diálogo. Aqui o padre sabe Libras, aí vai num lugar próprio e fala o seu pecado normal".

A explicação dele revela primeiro uma situação em que o padre não conhece Libras, na qual é necessário que o surdo escreva em um papel sua confissão para que o padre leia e, também por escrito, anote o aconselhamento que lhe cabe:

"Sim, escreve para ele. Porque a confissão não é justificar a sua vida. Já pecou, fala o seu pecado em pensamento, é uma coisa simples, não é falar ... (incompreensível) e por isso tem com o papel pra escrever, falar o seu pecado", complementou E3.

Outra informação relevante é o deslocamento mensal de surdos residentes na cidade de Arapongas para participarem da confissão junto ao padre que tem domínio da Libras. Devido a ausência de padres que dominem a língua natural dos surdos e, para evitar a situação acima descrita de usar o papel para anotar os pecados e receber de volta anotados os direcionamentos sugeridos pelo padre, um carro percorre o trajeto de 36,6km com surdos daquela cidade, sempre que há a necessidade da prática de confissão por estes, e após finalizado o rito, retornam à cidade de origem.

A caravana de Arapongas deixa evidente que não há necessidade imposta ou institucionalizada de se confessar em Libras, mas percebe-se que a necessidade é própria do surdo, que prefere ter contemplada a ação em sua língua materna, que lhe é própria, que o identifica como surdo. Assim como destaca Perlin (1998, p.54): "a identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual. A pessoa surda nas suas múltiplas identidades sempre está em situação de necessidade".

Nesta situação a necessidade não é de cumprir o rito religioso, mas sim de fazê-lo em sua própria língua. A confissão é comum a surdos e ouvintes praticantes da religião católica, a diferença para o surdo nessa situação está na necessidade de cumprir o rito em sua própria língua, o que o identifica como surdo, o que confirma a sua identidade. É algo tão relevante para o surdo que promove esse deslocamento semanal entre cidades. E2 também comenta sobre as cidades vizinhas:

“... Em Apucarana tem muitos surdos. Em Apucarana e Arapongas tem. Domingo ‘ela’ foi lá para Arapongas e tinha bastante gente, ‘ela’ foi só tinha quatro surdos de Londrina que foram com ‘ela’ para lá.”

É notória a busca pelos encontros que trazem identificação. O ir e vir entre cidades é comum aos surdos e aumenta a abrangência de influência entre comunidades vizinhas.

3.3.3 Associação de Surdos de Londrina (ASL)

Buscou-se verificar se há alguma relação entre as atividades religiosas das variadas denominações e as programações da Associação, ao que E2 respondeu com veemência:

“É... objetivos diferentes. Eles já tiveram a ideia de se juntar, mas a maioria não quer, então o quê que vai fazer? ‘Ela’ acha melhor ser livre de religião, então é melhor manter separado”.

E complementa que, para a ASL, a decisão religiosa do surdo não importa:

“Associação é democrática, não obriga nada não, é livre. Ouvinte, surdo, oralizado, de qualquer jeito. Não tem esse preconceito, é livre, democrático. Se fosse só surdo ia ser menor, então eles convidam para participar, é a comunidade surda. Porque o ouvinte participa da comunidade, a pessoa surda é diferente, né? E o ouvinte precisa conhecer, espalhar informação, o surdo tem a língua própria dele, aí o

ouvinte tem contato, aproveita e ‘tá’ aí, também aprende informação com ouvintes, ... até o reconhecimento da pessoa surda é importante”.

Também com relação à ASL, cujas programações alcançam maior diversidade de participantes, quando questionado sobre o objetivo da ASL, E2 responde:

“O objetivo, por exemplo, criança: você vai lá no parque, aí tem vários filhos, várias crianças juntas, então ela (a pessoa entrevistada) quer fazer isso, quer fazer um espaço para criança que vai fazer curso. Queria fazer espaço para ter palestra sobre identidade surda, entendeu? Futebol de campo, de salão, vôlei... E um espaço para o surdo é importante para as pessoas perceberem: olha, o surdo tem uma associação, ele tem capacidade igual a nós. Associação também pode ajudar a, de repente, encontrar um emprego. E os surdos precisam”.

Sua fala demonstra uma não formalização por estatutos ou regimentos, mas uma ressalva de preocupação deste grupo e seus representantes em proporcionar espaços que dão significado à identidade surda, oportunizando o encontro, o “bate-papo” sem intromissões orais que tanto silenciam os surdos nos demais ambientes ouvintistas¹² que frequentam.

Porém, a falta de um local próprio para seus eventos e encontros se faz notória também na fala dos entrevistados. E1 falando da “casa Terezinha” explica:

“Lá tem um espaço maior para fazer churrasco, fazer festas, por causa do espaço na Vila Portuguesa. Então é o lugar que eu mais frequento. E os surdos gostam desse lugar, então eu também vou lá. A maioria dos encontros da Associação acontecem lá. A festa do cowboy será em outro lugar porque na última festa tinha muita gente lá, muito apertado. Aí a Associação pensando no lugar maior para ser nessa festa, aí eles mudaram agora”.

E2 compara a comunidade local com a de Porto Alegre, afirmando que possuem 02 espaços próprios, permitindo a participação de mais de 500 surdos,

¹² Ouvintistas: termo de uso comum entre os surdos e presente nos “estudos surdos”, referentes às pessoas que ouvem e não se preocupam em integrar os surdos em ambientes e eventos compartilhados por todos.

o que a deixa admirada. Em sua fala, evidencia seu desejo de constituir um local próprio e da sua luta para isso:

“... é difícil, ‘ela’ já pediu muitas vezes, foi no vereador, fez entrevista com ela, aí ela mostrou associação, filmou, ok... Já faz um ano! E ele falou que ia ajudar e até agora nada! Deu lá o documento, tudo para ele, e ele deve ter engavetado e até agora nada. Para cadeirante, para cego, eles ajudam. E para comunidade surda: nada! Associação tem pouco dinheiro, então é difícil. Lá em Curitiba eles conseguem ajuda governamental, em outras cidades também, e aqui o governo é chato.”

Embora a falta de um local apropriado seja uma realidade dificultadora, não impede os integrantes da ASL de continuarem a promover a realização dos eventos para os surdos quase que mensalmente. Os eventos festivos marcam a trajetória dos surdos pela cidade, trazem significado por serem uma referência identitária. Magnani (2009, p.139) percebeu os mesmo em suas explorações etnográficas: “Para quem havia estudado diferentes formas de lazer na cidade, o estudo das festas não apenas é um recorte obrigatório como ademais constitui sempre uma via de acesso privilegiada para o entendimento das regras que estão na base de redes de sociabilidade”.

Também para E1 as programações da ASL foram um marco no uso da Libras, em seu repertório linguístico, conforme expressado por ela:

A Associação demorou a ir, a Associação ela já tinha 16 anos, porque o pai dela não deixava ela ir. Ah! Não demorou a começar, demorou pra ela ir, porque ela era muito jovem, então a família dela proibia, os amigos convidavam mas a família não deixava. Aí esperou ela crescer, quando ela tinha uns dezesseis o pai dela deixou ela ir na associação e começou a conhecer surdos mais velhos. Aí ela percebeu que a Libras era diferente, porque na escola era muito simples, e fora era forte, era fluente, era rápido e ela ficava assustada com aquilo. E na escola não, era leve, uma conversa mais básica. Na associação era diferente... a fluência deles, eles pareciam profissionais. Ela ficava olhando só... aí ela começou a frequentar.

Cada espaço tem seu objetivo a cumprir com relação à sociabilidade dos surdos. Dos três entrevistados, E1 é a que mais conhece e frequenta todos os

espaços aqui mencionados e é presente em sua fala a importância da ASL para o convívio regular dos surdos quando questionada sobre o objetivo deste espaço:

Sim, o principal... principalmente para ser um lugar para divulgação da cultura surda, da identidade, da língua de sinais, a história do surdo. Porque em casa o surdo, por exemplo: a família fica conversando, o surdo não sabe como se comunicar, fica no celular, e aí a comunicação é muito ruim, parece que ele não tem informação de nada. Daí o surdo fica lá, daí ele vai para Associação, aí eles... aí lá é um espaço de encontro, de troca, de bater papo, de informação. Associação oferece cursos importantes e aí abre a mente do surdo. É importante. Ela não pode parar, parece a segunda família dos surdos a associação.

Para alguns surdos pertencentes a famílias de ouvintes, parece que a sensação de “sentir-se em casa” se dá mais fora do ambiente familiar, em espaços e eventos surdos e o motivo dessa percepção é demonstrado na importância da comunicação, no uso da Libras e a interação por ela proporcionada.

Dentre as diversas abordagens sobre identidade na perspectiva de grupos de surdos, alguns posicionamentos se destacam por apresentarem um viés contrário às discussões comumente apresentadas. Trata-se de Santana e Bergamo (2005) que oferecem um questionamento a respeito da ênfase do uso da língua (no caso, a Libras) como pressuposto definidor de uma “cultura surda”. Seus questionamentos são válidos por se recusarem a reduzir a definição de cultura ao uso de uma língua própria, porém, em uma realidade ouvinte e oralizada esta proposta pode até parecer reducionista, mas o que se manifesta na fala dos surdos é toda uma conjuntura de fatores e experiências que são oportunizadas através do uso da Libras e não apenas a língua por si só.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sou surda, minha língua é a de sinais, meus pensamentos não correspondem à lógica do português falado e escrito.” Gladis Perlin (1998, p.1)

Esta pesquisa buscou quantificar e conhecer os surdos residentes em Londrina/PR, com o objetivo de verificar se há interação entre eles e identificar a existência de locais de encontros frequentes. A questão da comunicação através da Libras como fortalecedor da identidade surda se distinguiu dentre as demais, se destacando como elemento integrador da comunidade surda e dos espaços por ela utilizados.

A hipótese de que há uma comunidade de surdos estabelecida em Londrina, com padrões de sociabilidade que são próprios da surdez, foi confirmada mediante a averiguação dos diversos espaços por eles frequentados.

O levantamento de conceituações elaboradas por pesquisadores surdos sobre identidade, assim como o debate sobre comunidade e cultura surda apresentados na sessão 1, mostraram que a identidade surda está totalmente ligada ao aprendizado e uso da Libras. Por isso, eventos para lazer, socialização, estudos e práticas religiosas e esportivas são importantes aglutinadores de surdos que encontram nestes espaços a satisfação da necessidade de estar em meio aos seus pares, com quem a comunicação ocorre da forma que lhes é natural ao utilizarem a Libras que é sua L1, sua língua materna.

Conforme já citado aqui (p.9), os estudos sobre “redes sociais” podem apresentar um diálogo interessante com as concepções de comunidade utilizada pelos surdos. Para um entendimento inicial, aponta-se Brumes: “A rede social é, geralmente definida como um tipo de relação que liga um conjunto definido de pessoas, objetos ou eventos, e o resultado destas ligações são expressos por nós “ (2010, p.78). Talvez Magnani (2007 e 2009), que traz outras nomenclaturas para diferentes aglomerados de surdos (ou de grupos distintos quaisquer) e faz menção às “redes de sociabilidade”, também possa conferir um entendimento mais aprofundado. Esta não foi uma proposta concretizada nesta pesquisa, mas a proposta de abordagem teórica envolvendo esta discussão fica como sugestão.

A sessão 2 buscou destacar os pontos principais da legislação nacional vigente que trata das pessoas com deficiência, devido a ausência de dados específicos concernentes à surdez, além de expor a construção do debate sobre os direitos das pessoas com deficiência no contexto internacional e nacional. Também foram levantados dados quantitativos presentes nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, que destacaram a presença significativa de surdos residentes no Paraná, e notadamente em Londrina.

Na última sessão, foram exploradas informações coletadas durante a pesquisa de campo, envolvendo visitas exploratórias e entrevistas que possibilitaram a compreensão da história e dinâmica da população surda residente na cidade de Londrina. Os espaços de encontros da comunidade de surdos evidenciados nesta pesquisa são o ILES, devido à sua forte influência na divulgação e aprendizado da Libras, não apenas para surdos mas também com oferecimento de cursos de Libras para o público em geral que manifesta o desejo de aprender esta língua desde a fundação da escola até a presente data; a Pequena Missão para Surdos, com seus encontros religiosos e de estudos variados oportunizando a vivência da fé em comunidade; e a ASL que não apenas se dedica a organizar momentos de encontros, mas também estabelece diálogos com o poder público na tentativa de ampliar as conquistas de espaços e estruturas que possibilitem uma regularidade nestes encontros.

Lembrando que estes não são os únicos espaços e grupos de surdos de Londrina, mas os que aqui foram contemplados são de maior influência na trajetória dos entrevistados e na história desta não planejada aglomeração de surdos residentes desta cidade.

Uma evidência a ser ressaltada é a movimentação migratória vinculada à condição da surdez, presente nos relatos de todos os entrevistados e de uma das palestrantes da Mesa de Debates, sendo Londrina o destino escolhido devido à presença do ILES e dos tratamentos médicos disponibilizados aos surdos nesta cidade. A proposta inicial da pesquisa é então retomada, considerando a realidade de uma relação entre movimentos migratórios e a condição de deficiência, mais especificamente relacionada às pessoas surdas.

Por fim, a identidade surda pôde ser percebida através destes movimentos comunitários que oportunizam o contato com o outro que lhe é semelhante, que acolhe através de um padrão de comunicação que lhes é próprio,

comunicação esta que se torna agente proporcionador de uma percepção de pertencimento a uma cultura que se fortalece enquanto luta contra a invisibilidade excludente.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais do século 21. In: _____. (Org.) **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2013. (Por dentro do estado de São Paulo, volume 9). Disponível em:

<http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME_09.pdf>. Acesso em: 20/08/15.

_____. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: _____. (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP; Fapesp, CNPq, Unfpa, 2012. Disponível em:

<http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf>. Acesso em: 20/08/15.

_____. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J.M.P. (Org.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP, 2011. Disponível em:

<<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>>. Acesso em: 14/11/16.

BALTAR, C. S. ; BALTAR, R. ; VIEIRA, M. F. B. P. . **Migração e Deficiência: apontamentos para o debate sobre migrações internacionais e internas. Anais...**, XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Poços de Caldas-MG, 2018. Disponível em:

<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3239/3099>>

BERNARDINO, E. L. **A construção da referência por surdos na LIBRAS e no português escrito: a lógica no absurdo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999. Disponível em:

<<http://www.letras.ufmg.br/padrao/cms/documentos/profs/elidea/Bernardino-Elidea-1999.pdf>> Acesso em: 20 out. 2019.

BERTOLUCCI JUNIOR, L. **Deficiência e Migração: avaliação e crítica das informações censitárias de 1991 a 2010 vis-à-vis de outras pesquisas específicas para a população com deficiência. Anais...**, XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Águas de Lindoia-SP, 2012. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/FILES/POSTER\[635\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/FILES/POSTER[635]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. **Pessoas com Deficiência: uma avaliação de migrantes e não-migrantes no município de Uberlândia, Minas Gerais, nas décadas de 1990 e 2000**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte/MG. UFMG, Faculdade de Ciências Econômicas. 2013. Disponível em:

<<https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/teses-e-dissertacoes/teses-demografia/category/97-2013#>> Acesso em: 22 out. 2018.

_____. A deficiência e a migração como estratégia de sobrevivência familiar. **Anais...**, XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Poços de Caldas-MG, 2018. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3239/3099>> Acesso em 10 jan. 2020.

BERTOLUCCI JR, L., BORGES, M.M. C., FERREIRA, E.W. **Perfil demográfico e do emprego das pessoas portadoras de deficiência**: população dependente de políticas públicas na ilha de prosperidade de Uberlândia-MG. **Anais...**, XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Caxambu-MG, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_663.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2009.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para Discussão 366. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2009.

BRUMES, K. R. **Redes em espaços migratórios**: Uberlândia – MG. Tese de Doutorado. Presidente Prudente. UEP, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2010. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/10/karla_brumes.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CLAUDIO, J. P.. A apropriação de cidadania comunicativa surda no Facebook. **Anais...**, XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2797-1.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2018.

CUNHA, J.M.P. (Org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>> Acesso em: 14/11/16.

FENEIS, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. <<http://FENEIS.org.br>>

FERNANDES, L. B.; MOSQUERA, C.; SCHLESENER, A. **Breve histórico da deficiência e seus paradigmas**. Revista InCantare. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p.132 –144. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181/186>>. Acesso em 01 mar. 2017.

HALBSWACHS, M. **A memória coletiva e o espaço**. In: A memória coletiva. São Paulo: Vértice Editora, 1990, p.131-160.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Londrina 2019**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86000>> Acesso em 04 abr. 2019.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro. Editora 34, 1994.

LENZI, M. Os dados sobre Deficiência nos Censos Demográficos Brasileiro. **Anais...**, XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Águas de Lindoia-SP, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2041/1999>> Acesso em 28 abr. 2017.

LOPES, M. C. **Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos**. In: SKLIAR, CARLOS (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

MAGNANI, J. G. C. **Etnografia como prática e experiência**. Porto Alegre. Horizontes Antropológicos, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>> Acesso em 13 jul. 2017.

_____. **“Vai ter música?”**: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. São Paulo: Revista Ponto Urbe 1. 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/1239>> Acesso em 28 jun. 2018.

MONTARDO, S. P. **Redes temáticas na web e biossociabilidade online**. Revista Famecos. Porto Alegre v. 17, n. 3, p. 295-303. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8197>> Acesso em 11 fev. 2018.

OLIVEIRA, L. A. P. O.; SIMÕES, C. C. S. **O IBGE e as pesquisas populacionais**. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005.

PERLIN, G. T. T. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. Tese de Doutorado. Porto Alegre, UFRGS – Faculdade de Educação, 2003. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/pesquisassobresurdez/gladis-perlin>> Acesso em 17 nov. 2019.

_____. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR, CARLOS (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

_____. **Histórias de vida surda: identidade em questão.** Dissertação. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Educação. 1998. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/pesquisassobresurdez/gladis-perlin>> Acesso em 17 de setembro de 2019

POVH, J. M. O. **Fundamentos e Políticas da Educação de Surdos.** In: Apostila do Curso de Pós-Graduação em Educação Especial: Área da Surdez - LIBRAS, ESAP - Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação - Faculdades Integradas do Vale do Ivaí - UNIVALE, 2013.

RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. **Aspectos Linguísticos da LIBRAS.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

RODRIGUES, E. G.; GONTIJO, C. M. M. **Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo.** *Educ. Pesqui.* [online] vol.43, n.1, pp.229-243. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n1/1517-9702-ep-43-1-0229.pdf>> Acesso em 18 jul. 2019.

SACKS, O. W. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. **CULTURA E IDENTIDADE SURDAS: encruzilhada de lutas sociais e teóricas.** *Campinas, Educ. Soc.*, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 23 jul. 2019.

SILVA, C. A. A. **Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade.** São Paulo, Terceiro Nome, 2012.

SKLIAR, C. **Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade.** In: SKLIAR, CARLOS (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

VIEIRA, Maria Fernanda B.; BALTAR, Cláudia S. **Migrantes portadores de deficiência: a necessidade de deslocamento para grandes centros urbanos.** In: V SIPECS – Seminário Integrado de Pesquisa em Ciências Sociais, 2016, Londrina, PR. *Anais... Londrina, PR: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/Uel*, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/ppgsoc/pages/arquivos/V%20SIPECS_ANAIS%20V_16%20Atual.pdf> Acesso em 10 ago. 2019.

LISTA DOCUMENTAL

Nesta seção destaca-se os pontos principais da legislação vigente que trata das pessoas com deficiência – a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009

Artigo 1 – Propósito e Definição

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Artigo 25 - Saúde

Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiência têm o direito de gozar do estado de saúde mais elevado possível, sem discriminação baseada na deficiência. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso a serviços de saúde, incluindo os serviços de reabilitação, que levarão em conta as especificidades de gênero. Em especial, os Estados Partes:

a) oferecerão às pessoas com deficiência programas e atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;

b) propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

c) propiciarão esses serviços de saúde às pessoas com deficiência, o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural;

Artigo 27 - Trabalho

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros:

a) proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;

b) proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho;

[...]

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015

Definição e Direitos Gerais

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

[...]

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à

educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

[...]

Trabalho

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

[...]

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistida e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

[...]

ANEXOS

ENTREVISTA

COMUNIDADE E ESPAÇOS SURDOS EM LONDRINA

Nome: _____

Local e data da entrevista: _____

A - Informações pessoais:

1. Local de nascimento: _____
2. Como ocorreu a sua surdez (nascimento ou enfermidade)?

3. Tempo de moradia em Londrina: _____
4. Motivo pelo qual escolheu Londrina para morar: _____

5. Na tabela abaixo, relacione quantas pessoas moram em sua casa de acordo com o grau de parentesco, a idade, se surdo ou ouvinte e a profissão.

Pessoa (mãe, pai, filho, avós, tia, etc...)	Idade	Surdo ou Ouvinte	Escolarização	Profissão
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				

B – Hábitos: (frequenta encontros de surdos, quantas vezes na semana, no mês, ...)

1. O bairro onde você mora possui outros moradores surdos?
2. Você tem contato com os vizinhos da sua rua? Costuma conversar com eles? (Se sim, com quantos deles?)
3. Tem contato com pessoas do bairro onde você mora?

4. Quais os bairros da cidade que você costuma frequentar? Por que?
5. Tem contato com pessoas de outros bairros, associações, cidades...? Quais e onde são?
6. Quais as melhores coisas que Londrina oferece à população surda?
7. Faça um relato sobre sua chegada em Londrina, como conheceu os espaços frequentados pelos surdos, como foi sua integração a estes espaços, se houve algum tipo de acolhimento...
8. Quantos locais com programações fixas específicas para surdos você conhece em Londrina?
9. Qual a periodicidade destes encontros? Quantos surdos frequentam estes encontros?

C - Espaço (ILES, Igreja, Associação, ...):

1. Qual o objetivo desta instituição/ deste espaço?
2. Como o trabalho é desenvolvido?
3. Há quanto tempo existe esta instituição?
4. Qual o número de surdos que frequentam este espaço e qual a periodicidade?
5. O que os surdos buscam na maioria das vezes ao chegar aqui?
6. A presença da comunidade surda em Londrina orientou alguma política pública?
7. Existe algum bairro com uma indicação de maior presença de surdos em Londrina?
8. Há algum tipo de trabalho sistemático para identificá-los? Existe uma abordagem específica de acolhimento aos surdos na/pela comunidade?
9. Existe algum setor na cidade que se beneficia da presença dos surdos?
10. Como os surdos influenciam nas questões socioeconômicas da cidade (ou da família)?
11. Qual sua definição de surdo? Como o poder público/a população vê o surdo na cidade de Londrina?
12. Vocês costumam receber novos surdos da comunidade? Se sim, com que frequência? Como tomam conhecimento da chegada de novos surdos?
13. Existe alguma parceria com outras associações de surdos na cidade ou nas cidades ao redor de Londrina?

14. Qual sua opinião a respeito da influência do surdo na cidade, na reordenação dos espaços por eles utilizados?
15. A cidade de Londrina faz um bom trabalho de suporte/apoio à comunidade surda?